



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
PRÓ-REITORA DE ENSINO E GRADUAÇÃO – PROEG
CAMPUS AVANÇADO DE PATU – CAP
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVAS LITERATURAS**

THIAGO CIDRONIO DE OLIVEIRA

**FEMINISMO NEGRO E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DECOLONIAL DA OBRA
“SOLITÁRIA” DE ELIANA ALVES CRUZ**

**PATU/RN
2024**

THIAGO CIDRONIO DE OLIVEIRA

**FEMINISMO NEGRO E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DECOLONIAL DA OBRA
“SOLITÁRIA” DE ELIANA ALVES CRUZ**

Monografia apresentada como requisito de avaliação da disciplina Seminário de Monografia II, ministrada pela Profa. Dra. Luciana Fernandes Nery, do Curso de Letras, no Campus Avançado de Patu–CAP, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte– UERN.

Orientador: Prof.^a Esp. Alex Souza Bezerra

Linha de pesquisa: Literatura, Memória e Cultura.

**PATU/RN
2024**

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

O48f Oliveira, Thiago Cidronio de
 FEMINISMO NEGRO E RESISTÊNCIA: UMA
 ANÁLISE DECOLONIAL DA OBRA SOLITÁRIA DE
 ELIANA ALVES CRUZ. / Thiago Cidronio de Oliveira. -
 PATU RN, 2024.
 57p.

Orientador(a): Prof. Esp. Alex Souza Bezerra.
Monografia (Graduação em Letras (Habilitação em
Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas)).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Decolonialidade; feminismo negro; literatura
brasileira; solitária.. I. Bezerra, Alex Souza. II.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

THIAGO CIDRONIO DE OLIVEIRA

**FEMINISMO NEGRO E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DECOLONIAL DA OBRA
“SOLITÁRIA” DE ELIANA ALVES CRUZ**

Monografia apresentada como requisito de avaliação da disciplina Seminário de Monografia II, ministrada pela Profa. Dra. Luciana Fernandes Nery, do Curso de Letras, no Campus Avançado de Patu-CAP, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte– UERN.

Aprovado em: 05 / 12 / 2024 .

Banca examinadora

Alex Souza Bezerra

Prof. Me. Alex Souza Bezerra (Orientador)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Annie Tarsis Moraes Figueiredo

Prof.^a Dr.^a Annie Tarsis Moraes Figueiredo (Examinadora 1)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Maria Lara Alves Rocha

Prof.^a Ma. Maria Lara Alves Rocha (Examinadora 2)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me conceder força, saúde e sabedoria para trilhar esta jornada. Como está escrito em Filipenses 4:13: "Tudo posso naquele que me fortalece." Sem a presença e orientação divina, não seria possível chegar até aqui, muitas batalhas foram vencidas e essa monografia é parte de uma jornada que continuará por toda a minha vida.

Agradeço à minha mãe, Maria Damiana de Oliveira, pelo amor incondicional, pelo apoio constante e por ser a base que tornou esta jornada possível. Sua força e dedicação foram fundamentais para que eu pudesse realizar este sonho.

Aos meus avós, João Cidronio de Oliveira e Terezinha Maria de Jesus, que me ajudaram a crescer e me ensinaram valores que carrego para a vida. Agradeço por todo o amor, cuidado e ensinamentos que me fizeram chegar até aqui.

À minha incrível namorada, Natália, por sempre estar ao meu lado, acreditando em mim nos momentos em que eu duvidei da minha capacidade. Seu amor, apoio e incentivo foram fundamentais para que eu continuasse firme nos momentos mais desafiadores.

Ao meu orientador, mestre Alex Souza Bezerra, pela paciência, dedicação e sabedoria ao me guiar durante esta jornada acadêmica. Sua orientação foi essencial para a realização deste trabalho.

Agradeço, também, a todos os professores da UERN, que, com comprometimento e inspiração, transmitiram conhecimento e contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal.

A cada uma dessas pessoas, minha eterna gratidão por fazerem parte desta etapa tão significativa da minha vida. Este trabalho é fruto de um esforço coletivo e de muito amor, e dedico a vocês esta conquista.

RESUMO

O estudo analisa a obra "*Solitária*" de Eliana Alves Cruz, explorando a temática da resistência das mulheres negras no Brasil sob uma perspectiva decolonial e feminista negra. Assim, a análise buscou responder à questão norteadora: como a obra de Cruz representa o silenciamento e a resistência das mulheres negras em um contexto de opressão histórica e social? Assim, o objetivo principal foi examinar a narrativa de "*Solitária*" para destacar as manifestações de silenciamento e resistência das personagens negras, inserindo-as no debate sobre feminismo negro e decolonialidade. Para desenvolver essa análise, foi usada uma metodologia de pesquisa bibliográfica e uma abordagem descritiva-interpretativa em três fases: identificação de temas centrais, análise dos conflitos entre personagens e interpretação dos achados à luz de conceitos do feminismo negro e da decolonialidade. Essa metodologia possibilitou uma compreensão aprofundada das opressões enfrentadas pelas protagonistas Mabel e Eunice assim como das suas formas de resistência. Os conceitos de colonialidade de gênero e interseccionalidade foram essenciais para entender a multiplicidade de opressões de raça, gênero, classe que incidem sobre as personagens femininas na obra, representando situações comuns às mulheres negras no Brasil. Por meio dos resultados, foi possível notar que a autora da obra, emprega uma narrativa que vai além da denúncia das desigualdades, oferecendo uma visão de resistência coletiva, especialmente no vínculo entre as protagonistas. Ademais, espaços restritos, como o "quartinho de empregada," são representações simbólicas da marginalização, mas também revelam o poder de resiliência das mulheres negras, que, mesmo diante da opressão, constroem redes de solidariedade e enfrentamento. Desse modo, no final da obra, a personagem Eunice, ao expor os abusos de sua patroa, realiza um ato de libertação e ruptura com a estrutura de servidão imposta historicamente. Conclui-se, portanto, que além de reforçar a relevância da obra na discussão de questões sociais e históricas, a pesquisa apontou a necessidade de expandir o estudo de outras autoras que abordem a intersecção de raça, classe e gênero na literatura brasileira, ressaltando a importância de compreender as experiências das mulheres negras e a sua luta por reconhecimento e autonomia, presentes no pensamento decolonial.

Palavras-chave: Decolonialidade; feminismo negro; literatura brasileira; solitária.

ABSTRACT

This study analyzes the work "Solitária" by Eliana Alves Cruz, exploring the theme of black women's resistance in Brazil from a decolonial and black feminist perspective. Thus, the analysis sought to answer the guiding question: how does Cruz's work represent the silencing and resistance of black women in a context of historical and social oppression? The main objective was to examine the narrative of "Solitária" to highlight the manifestations of silencing and resistance of black characters, inserting them into the debate on black feminism and decoloniality. Furthermore, to develop this analysis, a bibliographic research methodology and a descriptive-interpretative approach were used in three phases: identification of central themes, analysis of conflicts between characters and interpretation of the findings in light of concepts of black feminism and decoloniality. This methodology allowed for an in-depth understanding of the oppressions faced by the protagonists Mabel and Eunice, as well as their forms of resistance. The concepts of gender coloniality and intersectionality were essential to understanding the multiplicity of racial, gender, and class oppressions that affect the female characters in the work, representing situations common to black women in Brazil. Through the results, it was possible to note that the author of the work uses a narrative that goes beyond denouncing inequalities, offering a vision of collective resistance, especially in the bond between the protagonists. Furthermore, restricted spaces, such as the "maid's room," are symbolic representations of marginalization, but they also reveal the power of resilience of black women, who, even in the face of oppression, build networks of solidarity and confrontation. Thus, at the end of the work, the character Eunice, by exposing the abuses of her employer, performs an act of liberation and rupture with the structure of servitude imposed historically. It is concluded, therefore, that in addition to reinforcing the relevance of the work in the discussion of social and historical issues, the research pointed to the need to expand the study of other authors who address the intersection of race, class and gender in Brazilian literature, highlighting the importance of understanding the experiences of black women and their struggle for recognition and autonomy, present in decolonial thought.

Keywords: Decoloniality; black feminism; Brazilian literature; solitária.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTOS DO FEMINISMO NEGRO	13
2.1 DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO FEMINISMO NEGRO	13
2.2 DISCUSSÃO SOBRE A INTERCULTURALIDADE E COMO ELA INFLUENCIA O ENTENDIMENTO DO FEMINISMO NEGRO	15
3 TEORIA DECOLONIAL: RELAÇÃO COM O FEMINISMO NEGRO	21
3.1 INTRODUÇÃO À TEORIA DECOLONIAL	21
3.2 A RELAÇÃO ENTRE DECOLONIALIDADE E FEMINISMO NEGRO NO BRASIL	25
4 ELIANA ALVES CRUZ E A OBRA “SOLITÁRIA”	32
4.1 BIOGRAFIA E RELEVÂNCIA PARA A LITERATURA CONTEMPORÂNEA ...	32
4.2 A PERSPECTIVA DA NARRATIVA E DE RESISTÊNCIA PRESENTE NO ROMANCE.....	36
5 SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS EM “SOLITÁRIA” 	42
5.1 SILENCIAMENTO HISTÓRICO DAS MULHERES NEGRAS NA OBRA.....	42
5.2 TEORIA DECOLONIAL E FEMINISTAS NEGRAS NA PRÁTICA	44
5.3 O PAPEL DO FEMINISMO NEGRO E DA DECOLONIALIDADE NO CENÁRIO ATUAL	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

1 INTRODUÇÃO

Ao reconhecer a capacidade da literatura feminina negra de desconstruir paradigmas eurocêtricos e oferecer novos horizontes epistemológicos, o estudo se justifica como relevante para a discussão acadêmica. Nesse sentido, a obra *Solitária*, serve como um marco na literatura brasileira contemporânea, pois oferece uma contranarrativa que afirma o lugar da mulher negra na história e na sociedade. Desse modo, o objetivo geral do estudo foi analisar a obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, partir das perspectivas do feminismo negro e da decolonialidade, destacando as manifestações de silenciamento e resistência das mulheres negras.

Analisaremos a obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz (2022), a partir de uma perspectiva decolonial, com foco no feminismo negro e na resistência das mulheres negras. Para compreender a narrativa de Cruz, é essencial examinar não apenas como ela expressa nuances de silêncio e opressão, mas também como as mulheres negras brasileiras contemporâneas resistem e ressurgem. Nesse contexto, o termo decolonialidade, conforme discutido por Césaire (1978), é central, pois critica as estruturas coloniais persistentes e as hierarquias de poder que ainda moldam as relações de raça e gênero na sociedade contemporânea.

O conceito de colonialidade de gênero, discutido por Lugones (2014), é central para a análise, pois demonstra como historicamente as categorias de gênero foram construídas de forma racializada e hierárquica, desumanizando assim as mulheres negras e condicionando-as à exploração e marginalização. Além disso, como uma metáfora de exclusão social e espacial, o "quartinho da empregada", em *Solitária*, serve para retratar as redes de solidariedade e resistência que as mulheres negras criaram diante da adversidade, simbolicamente representadas no filme.

Para tanto, foram seguidos os seguintes objetivos específicos: analisar as representações de silenciamento das mulheres negras na narrativa de *Solitária* e associá-las a conceitos do feminismo negro; explorar as estratégias de resistência das personagens principais e como elas se relacionam com as teorias decoloniais; relacionar a abordagem de Cruz às reflexões de autores decoloniais, como Aníbal Quijano, Catherine Walsh e Aimé Césaire, buscando compreender como a narrativa reflete e desafia a colonialidade do poder.

Além de denunciar as desigualdades sociais e raciais, Cruz também propõe um diálogo crítico entre o passado e o presente. Nesse sentido, à medida que a autora revisita a história do Brasil a partir de uma perspectiva que desafia o apagamento das contribuições e experiências das populações afro-brasileiras, uma narrativa de luta coletiva é criada. Nesse viés, Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) argumentam que a decolonialidade é uma prática que busca minar hierarquias epistemológicas e valorizar o conhecimento historicamente marginalizado, conceito que ecoa na obra literária e nas representações ficcionais de Cruz.

De acordo com a abordagem metodológica, esse estudo é baseado em uma metodologia descritiva-interpretativa, que inclui uma fase para identificar temas centrais, uma fase para analisar interações entre personagens e outra fase para conceituar o estudo em relação ao feminismo negro e à descolonização. Com isso, ao aplicar essa metodologia, podemos obter uma compreensão mais profunda da opressão e da resistência, iluminando como a narrativa de *Solitária* se relaciona com as estruturas de poder colonial e as desafia.

Além disso, uma perspectiva decolonial pode ser aplicada ao texto, conectando suas dimensões literárias, históricas e sociais em um movimento de resistência epistêmica. Sendo assim, a análise nessa perspectiva é relevante tanto para os estudos literários quanto para a compreensão das dinâmicas sociais de opressão e resistência.

Para a análise, a abordagem decolonial foi escolhida por sua capacidade de desmascarar estruturas de poder e opressão que muitas vezes permanecem invisíveis em análises críticas convencionais (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018). Ademais, segundo Walsh (2019), mais do que um quadro teórico, a perspectiva decolonial serve como uma metodologia que visa resistir ao colonialismo e criar perspectivas epistemológicas, visando superar o legado colonial em todas as suas dimensões.

Como é possível verificar em Vergès (2019), o feminismo negro é crucial para entender a obra *Solitária*, permitindo uma análise interseccional das opressões baseadas em gênero, raça e classe presentes na narrativa. Com essa abordagem, foram captadas não apenas as experiências de sofrimento, mas também as formas de agir e resistência das mulheres negras, tanto na ficção quanto na realidade histórica e social do Brasil.

Durante a análise de *Solitária*, foi adotada uma metodologia de pesquisa bibliográfica que integrou a leitura crítica, a interpretação contextual e a aplicação teórica dos conceitos de feminismo negro e descolonização (Franco Junior, 2003). Desse modo, seguindo o que foi pontuado por Durão (2020), a análise narrativa seguiu uma abordagem descritiva e interpretativa em três fases: (1) identificação dos temas centrais, (2) análise das relações entre os personagens e os conflitos apresentados, e (3) contextualização dos achados conforme as teorias do feminismo negro e da decolonialidade. De acordo com Durão (2020), essa abordagem metodológica permitirá uma compreensão mais profunda das dimensões sociais e epistêmicas presentes na obra.

A escolha do objeto de pesquisa fundamenta-se no interesse em investigar o texto literário *Solitária* (2022) e explorar os traços de uma sociedade pós-colonial que persiste em marginalizar e abusar de poder, especialmente sobre mulheres afrodescendentes. Essas mulheres, fragilizadas por práticas herdadas da colonialidade, enfrentam desafios que revelam como as hierarquias estabelecidas durante a era colonial continuam a moldar modos de pensar, estruturas sociais e práticas culturais. Como observado por Gonzales (2020, p. 215), “No caso do negro especificamente, percebemos um contínuo de cor que vai do vértice inferior, onde se encontram os negros, até o vértice superior, onde estão os brancos, mantendo viva uma forma de escravidão que deveria ter sido relegada ao passado.”

A análise de *Solitária* surge, portanto, como uma oportunidade para compreender como essas práticas coloniais permeiam as experiências dos negros, mesmo em um contexto fictício. A narrativa de Eliana Alves Cruz não apenas simboliza os espaços de maneira inventiva, mas também recria, de forma vívida, as complexidades e desafios enfrentados pela comunidade negra na contemporaneidade. Nesse sentido, a obra serve como um espaço de resistência, utilizando a literatura para expor e questionar estruturas sociais opressivas.

Essa pesquisa, com uma abordagem científica e decolonial, destaca-se pela ausência de estudos nessa linha sobre a obra em questão, sublinhando a relevância de investigar como os personagens enfrentam o silenciamento. A relação entre mãe (Eunice) e filha (Mabel) é particularmente emblemática. Mantida em um ambiente frequentemente caótico, essa dinâmica familiar não apenas ilustra as dificuldades enfrentadas por mulheres negras em meio às adversidades, mas também representa um ato contínuo de resistência contra as estruturas que tentam apagar suas vozes.

Eunice e Mabel, enquanto personagens, incorporam a luta contra a marginalização e reafirmam, na ficção, o "não" às práticas coloniais que permanecem vivas na sociedade contemporânea.

Nesse processo, destaca-se a conexão com a teoria decolonial e o feminismo negro, que oferecem as bases teóricas para compreender como as experiências de mulheres negras, como Eunice e Mabel, são atravessadas por raça, gênero e classe. Autoras como Lélia Gonzalez e Bell hooks ajudam a ampliar a análise, reforçando que a resistência dessas personagens não é apenas pessoal, mas política e coletiva. A narrativa de *Solitária* se torna, assim, uma ferramenta para discutir e denunciar as injustiças contemporâneas, ao mesmo tempo em que constrói um diálogo necessário sobre as dinâmicas da colonialidade e a luta por justiça social.

Por fim, a pesquisa evidencia que o silenciamento e a resistência das mulheres negras, conforme retratado em *Solitária*, transcendem as páginas do romance, refletindo a realidade de muitas mulheres no Brasil e no mundo. Este estudo busca contribuir para um diálogo mais amplo e urgente, não apenas no campo acadêmico, mas também na sociedade, sobre as desigualdades persistentes e a necessidade de ações que promovam a equidade e a inclusão.

O trabalho foi estruturado a partir de sete etapas, após a etapa inicial, destinada a introdução do estudo, tem-se a fundamentação teórica, a qual proporciona a conceituação e definição do feminismo das mulheres negras, disponibilizando uma discussão relevante sobre a interculturalidade e sua influência na compreensão do feminismo negro.

Posteriormente, foi aprofundada a discussão sobre a teoria decolonial e sua relação com o feminismo negro no território brasileiro. Após esse momento, foi feita uma explanação sobre a autora da obra *Solitária*, mostrando sua bibliografia e relevância para a literatura contemporânea, mostrando a perspectiva narrativa e de resistência presente no romance.

Em seguida foi realizada uma análise sobre o silenciamento e resistência das mulheres negras em *Solitária*, fazendo uma conexão com teorias de feminismo negro e decolonialidade, além de mostrar o papel do feminismo negro e da decolonialidade no cenário atual. Por último, mas não menos importante, foi trazida a etapa das considerações finais, que mostra os resultados encontrados a partir do estudo realizado e ressaltando possíveis estudos futuros.

2 FUNDAMENTOS DO FEMINISMO NEGRO

2.1 DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO FEMINISMO NEGRO

O feminismo negro é um movimento social e intelectual que busca enfrentar a opressão específica vivenciada pelas mulheres negras em sociedades afetadas pelo racismo e sexismo. De acordo com Vergès (2019), suas bases teóricas destacam que as experiências das mulheres negras não podem ser compreendidas sob uma única perspectiva de opressão, sendo imprescindível considerar os fatores raciais, de gênero, de classe e outros aspectos sociais. Esse movimento teve início nos Estados Unidos na década de 1970, influenciado pelo movimento pelos direitos civis, pelos debates da segunda onda do feminismo e pela militância do Partido dos Panteras Negras.

No Brasil, contudo, a liderança das mulheres negras em lutas contra a opressão racial e de gênero remonta à escravidão, consolidando um movimento único e adaptado às dinâmicas sociais locais. Nesse sentido, Santos (2018) explica que o feminismo negro é tanto uma teoria quanto uma prática política, buscando a emancipação das mulheres negras em diversos contextos sociais e culturais.

Com base na obra *Um Feminismo Decolonial*, de Vergès (2019), o feminismo negro é descrito como um feminismo radical, anti-patriarcal, anticolonial e anticapitalista, que tem como objetivo desafiar os sistemas de dominação. Essa ideologia promove a expansão de horizontes igualitários e libertários, reconhecendo a realidade das mulheres radicalizadas e a interconexão entre suas lutas e a colonização.

Ademais, Vergès (2019) enfatiza que o feminismo negro não é uma extensão ou complemento do feminismo hegemônico, mas sim um movimento que combate simultaneamente o racismo e o sexismo, sem hierarquizar a opressão. O conceito de feminismo negro critica as abordagens universalistas do feminismo branco, que frequentemente negligenciam as diferenças raciais, nessa perspectiva, Lugones (2014) explica que em sua proposta de feminismo decolonial, destaca que a “colonialidade de gênero” é crucial para entender como racismo e sexismo se entrelaçam para moldar as experiências das mulheres negras.

Segundo Lugones (2014), o colonialismo de gênero resulta da imposição de categorias hierárquicas e dicotômicas, como humano/não humano e homem/mulher, que ao longo da história desumanizaram as mulheres negras. Ainda de acordo com:

A lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade [...] o que demanda um feminismo que vá além das abordagens hegemônicas, adotando uma perspectiva verdadeiramente interseccional e decolonial (Lugones, 2014, p. 935)

Segundo Lugones (2014), o moderno sistema colonial de gênero não pode ser analisado separadamente de suas dimensões raciais e econômicas, visto que a dicotomia entre homem e mulher na modernidade colonial está profundamente enraizada no racismo, que classifica as mulheres negras como "não-humanas" e sexualmente imorais. Assim, as mulheres negras são marginalizadas nas esferas social, política e econômica, reforçando a necessidade de um feminismo que aborde essas opressões interseccionais.

Além disso, para contextualizar o feminismo negro, o pensamento de descolonização é fundamental, conforme descrito em Santos (2018), a teoria da descolonização propõe a desobediência epistemológica como um meio de desafiar a hegemonia Ocidental na produção de conhecimento, especialmente a ciência. Como resultado, o feminismo negro é consistente com práticas racistas e críticas epistemológicas que incorporam o conhecimento das mulheres, como resultado, a desobediência epistemológica é uma forma de resistência das mulheres negras que sofrem não só com o sexismo, mas também com a desvalorização do conhecimento em contextos acadêmicos e políticos (Santos, 2018).

Como afirma Walsh (2019), o feminismo negro é uma forma de resistência à colonialidade e um novo horizonte de luta e libertação, ele estabelece novos caminhos para a luta e a libertação. Tradicionalmente, as experiências dos brancos e dos europeus têm sido tomadas como critério para compreender as lutas feministas, o conceito de feminismo negro desafia esta visão. Para Walsh (2019), a interculturalidade deve ser vista como parte de um projeto decolonial mais amplo, desestabilizando categorias impostas pela modernidade colonial e promovendo a inclusão das vozes das mulheres negras nos debates políticos e acadêmicos.

Desse modo, Santos (2018, p. 9) ressalta que: "a contraposição à colonialidade, em seu necessário convite à desobediência epistêmica, uma grande contribuição do

feminismo decolonial para os estudos sobre gênero e ciência no Brasil". Essa perspectiva permite que o feminismo negro atue como uma crítica ativa e profunda às estruturas de saber que perpetuam a marginalização das mulheres negras nos contextos acadêmicos e sociais.

No Brasil, o feminismo negro tem uma longa história de resistência, representada por figuras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento, de acordo com Vergès (2019), essas líderes enfatizam a importância de uma perspectiva afro-latino-americana para compreender as injustiças raciais e de gênero, por exemplo, Gonzalez defende um "feminismo afro-latino-americano", fundamentado nas experiências das mulheres negras brasileiras e suas vivências de violência, discriminação e exclusão econômica.

Há também uma relação entre a luta pelo reconhecimento do feminismo negro no Brasil e a demanda por políticas públicas que atendam às necessidades específicas das mulheres negras, como o combate à violência de gênero e racial, a garantia de acesso à educação e ao mercado de trabalho e a proteção à saúde reprodutiva. Dessa forma, Vergès (2019) destaca que o movimento feminista negro no Brasil tem como objetivo criticar o racismo institucional e, ao mesmo tempo, propor novos modelos políticos e sociais que contemplem as necessidades e demandas das mulheres negras no país.

Ao se posicionar como uma resposta crítica à exclusão das mulheres negras nos movimentos feministas tradicionais, o feminismo negro destaca a necessidade de uma abordagem interseccional e decolonial nos movimentos feministas. As vivências das mulheres negras são colocadas no centro das discussões, desafiando as estruturas de poder e promovendo uma reavaliação das práticas feministas. Além disso, amplia-se o conceito de múltiplas opressões e reforça-se a importância de práticas políticas mais inclusivas e emancipadoras que considerem a intersecção de raça, gênero, classe e outros aspectos da desigualdade.

2.2 DISCUSSÃO SOBRE A INTERCULTURALIDADE E COMO ELA INFLUENCIA O ENTENDIMENTO DO FEMINISMO NEGRO

A interculturalidade é fundamental para entender o feminismo negro, permitindo uma análise mais profunda da opressão vivida pelas mulheres negras, já que segundo essa abordagem e como pontua Vergès (2019), raça, gênero, classe e outros

marcadores de diferença não atuam de forma isolada, mas se interligam e se sobrepõem, gerando experiências únicas de discriminação e violência.

De acordo com Vergès (2019), essa dinâmica foi destacada na teoria da interculturalidade de Kimberlé Crenshaw nos anos 1980, proporcionando uma visão mais abrangente e inclusiva das experiências das mulheres negras em sociedades racistas e sexistas. Em virtude desse aspecto, o feminismo negro ultrapassa as limitações das abordagens feministas tradicionais que se centram frequentemente nas experiências das mulheres brancas, ignorando as particularidades das mulheres negras.

De acordo com Vergès (2019), o feminismo negro baseia-se numa investigação produzida pelas relações coloniais e pelos seus efeitos nefastos e numa imaginação de libertação alimentada num mundo que impõe intuitivamente uma investigação racista a todas as pessoas. Desse modo, a interculturalidade não é apenas uma ferramenta analítica, mas uma prática política essencial para o feminismo negro, que procura desafiar as estruturas de poder interligadas que sustentam o racismo e o sexismo.

Ademais, Vergès (2019) também argumenta que o feminismo decolonial, ao qual o feminismo negro está intimamente associado, apela a uma luta contra o capitalismo, o racismo e o sexismo sem privilegiar uma forma de dominação em detrimento de outra. Assim, nesse contexto, a interculturalidade é vista como uma forma de reconhecer e abordar múltiplas camadas de opressão de uma forma integrada, sem hierarquizar estas experiências.

Embora a interculturalidade constitua em um quadro teórico importante para compreender a opressão das mulheres negras, também tem sido criticada e reinterpretada no feminismo negro e no feminismo decolonial. Assim, buscando aprofundar essa discussão, Lugones (2014) critica esse conceito clássico e demonstra que a lógica da modernidade colonial se baseia em binários hierárquicos que não podem ser adequadamente contrariados apenas pela interculturalidade convencional. Lugones (2014, p. 935) afirma:

A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua

intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença (Lugones, 2014, p. 935).

Assim, a autora acrescenta que a interculturalidade precisa de ser aumentada para incorporar a crítica dos sistemas coloniais contemporâneos de opressão que marginalizam e desumanizam as mulheres negras. Nessa perspectiva, Lugones (2014, p. 935) ainda menciona:

Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade (Lugones, 2014, p. 935).

Com base nisso, a crítica aponta para a necessidade de um feminismo negro mais radical e decolonial, que reconheça como racismo, discriminação e opressão de classe estão interligados com a colonização e o capitalismo global. Ademais, para o feminismo negro no Brasil, a interculturalidade é crucial para compreender as desigualdades que as mulheres negras enfrentam num país marcado pelo racismo estrutural e pela violência de gênero.

De acordo com Vergès (2019), é enfatizada a importância da interculturalidade na compreensão dos diferentes níveis de opressão das mulheres negras. Nesse sentido, o feminismo é ao mesmo tempo uma crítica ao racismo estrutural e uma proposta de uma nova forma de organização política que inclua todas as mulheres negras, pois a opressão racial e de classe se sobrepõe frequentemente à opressão de gênero.

A interculturalidade é mais do que uma compreensão da opressão, é uma prática de resistência e transformação quando integrada no feminismo negro, assim, no seu projeto decolonial, a interseccionalidade não só desafia as categorias impostas pela modernidade colonial, como também visa construir novas formas de conhecimento e de organização política.

Nessa perspectiva, a interculturalidade é entendida como uma forma de resistência ativa que desafia não só a opressão racial e de gênero, mas também o colonialismo e o capitalismo. Segundo Walsh (2019), o feminismo negro é assim reforçado como um movimento político empenhado em transformar tanto as relações

de poder como as estruturas sociais e econômicas que perpetuam a marginalização das mulheres negras.

Considerando o que foi exposto, é possível compreender melhor a importância da interculturalidade e que não se trata apenas da conscientização pacífica de culturas, mas sim um projeto político de transformação das relações de poder. Nesse sentido, é possível trazer o conceito de interseccionalidade, o qual analisa diferentes maneiras de opressão, como raça, classe, sexualidade, gênero e outros, falando sobre esse aspecto, Loureiro (2023) destaca que partindo dessa compreensão, as opressões não funcionam de forma isolada, mas interagem de modo a criar experiências distintas de discriminação e privilégio.

A teoria da interseccionalidade não é uma ideologia nem uma teoria política, mas uma ferramenta para analisar a complexidade do mundo, segundo Loureiro (2023), essa teoria reconhece que a raça, a classe, o gênero, a orientação sexual, a nacionalidade, a capacidade, a etnia e a idade estão inter-relacionados e influenciam-se mutuamente. Assim, as relações de poder são analisadas em termos de interseccionalidade, numa dinâmica em que diferentes fatores como a raça, a classe e o gênero podem ser equiparados.

O feminismo negro destaca a interseccionalidade como uma ferramenta essencial para compreender as experiências das mulheres negras que enfrentam não só o racismo e o sexismo, mas também outras formas de opressão, como a opressão econômica e colonial. Loureiro (2023) afirma que as opressões enfrentadas pelas mulheres negras não podem ser reduzidas a uma única categoria, visto que ocorrem simultaneamente e interagem de formas complexas.

Ao integrar a interseccionalidade, o feminismo negro oferece uma perspectiva que transcende as lutas isoladas, como o gênero e a raça, Loureiro (2023) reconhece que as mulheres negras enfrentam um “duplo fardo” em resultado da combinação do racismo e do sexismo, que se manifesta de diferentes formas. Também salienta a opressão específica sofrida pelas mulheres negras, já que estão sujeitas à dupla opressão de gênero e raça e, por isso, as suas reivindicações são marginalizadas tanto nos movimentos feministas como nos movimentos antirracistas.

Sendo assim, Loureiro (2023) menciona que a interseccionalidade é importante para o feminismo negro por revelar a invisibilidade, compreender a violência de modo abrangente e por ampliar as políticas públicas e práticas de resistência. Em relação a exposição a invisibilidade, é mencionado como as mulheres negras são

frequentemente marginalizadas nas lutas feministas tradicionais que dão prioridade às experiências das mulheres brancas e nas lutas antirracistas frequentemente lideradas por homens negros.

A interseccionalidade permite compreender as experiências de violência das mulheres negras como um fenômeno que vai para além do sexismo e é profundamente influenciado por fatores raciais e de classe. As políticas públicas e as práticas de resistência precisam de ser alargadas, considerando que a interseccionalidade fornece uma base teórica para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas que combatam as desigualdades (Loureiro, 2023). Ainda, segundo Loureiro (2023), essa abordagem reconhece a necessidade de medidas específicas que respondam aos desafios específicos das mulheres negras, tendo em conta a complexidade das suas experiências baseadas na raça, no gênero, na classe e em outros indicadores sociais.

A interseccionalidade no feminismo negro não é apenas um conceito teórico, mas uma prática política e social essencial, nesse contexto, por exemplo, se destaca o papel crucial da interseccionalidade na compreensão da marginalização das mulheres negras que enfrentam trabalho precário, níveis mais elevados de violência e menos oportunidades de educação. Assim, Loureiro (2023) observa que sem a análise da interseccionalidade, as experiências específicas das mulheres negras permanecem invisíveis e as suas lutas têm menos probabilidades de serem compreendidas e abordadas.

Vergès (2019) também ressalta que a interseccionalidade precisa ir além da teoria e tornar-se uma prática que desafia ativamente as estruturas de poder que perpetuam a opressão das mulheres negras. Com isso, para que haja uma verdadeira mudança na vida das mulheres negras, o feminismo negro deve articular uma luta que integre raça, gênero, classe e colonialidade.

Com base no que foi visto, é possível mencionar, assim como destacado por Loureiro (2023), a interseccionalidade é uma ferramenta analítica central no feminismo negro, reconhecendo que as mulheres negras enfrentam formas complexas e múltiplas de opressão que não podem ser adequadamente abordadas por teorias e políticas segregadas por raça, gênero e classe. Desse modo, a fim de obter uma compreensão ampla e exata das lutas feministas, o feminismo negro utiliza a interseccionalidade não só para analisar as estruturas de poder, mas também para formular estratégias de resistência eficazes e inclusivas.

Nesse contexto, Loureiro (2023) descreve com precisão como a desvalorização do trabalho feminino resultou em uma degradação substancial do seu valor, reforçando um novo sistema patriarcal cuja violência foi exacerbada pela colonização e pela escravidão em larga escala. Além disso, os dados alarmantes mostram que as mulheres negras e pardas têm a maior probabilidade de serem vítimas de violência letal, a busca por novas fontes de debate sobre o feminismo negro e decolonial, destacando a doutrina de Judith Butler, Françoise Vergès, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro, torna-se, portanto, imperativa.

3 TEORIA DECOLONIAL: RELAÇÃO COM O FEMINISMO NEGRO

3.1 INTRODUÇÃO À TEORIA DECOLONIAL

O decolonial, como um campo amplamente epistemológico, tem sido relativamente pouco explorado pelos intelectuais brasileiros das ciências humanas, as discussões sobre o tema ganharam força tanto em instituições universitárias públicas quanto em organizações não governamentais (ONGs). Inicialmente, o mote era condenar a dependência dos chamados países em desenvolvimento em relação ao poder, à presença e ao conhecimento europeus e americanos. Como explica Oliveira (2016), ao mesmo tempo que se desenvolve esta nova visão do mundo e das suas relações de poder, os intelectuais e ativistas procuram comportamentos e formas de pensar intrínsecos às suas próprias culturas. Essas ações e formas de pensar visam enfatizar as culturas contra uma ordem em que a globalização silencia aqueles que são considerados pertencentes a culturas inferiores, sejam elas ideológicas, econômicas ou epistemológicas.

Na perspectiva de Reis e Andrade (2018), o objetivo do pensamento decolonial é desafiar a perpetuação das condições epistemológicas colonizadas através da articulação interdisciplinar da cultura, da política e da economia, a fim de alcançar a independência absoluta da opressão e da dominação. O resultado é o desenvolvimento de um campo de pensamento inteiramente inovador que proporciona prioridade aos elementos epistemológicos locais em oposição aos legados coloniais.

Nesta perspectiva, é necessário esclarecer a diferença fundamental entre os termos “pós-colonial” e “decolonial”, seguindo uma abordagem etimológica, a conceptualização do termo “pós-colonial” será explorada com base em conceitos propostos por investigadores da área. É essencial esclarecer que o pensamento pós-colonial ou decolonial é um projeto em curso, mas que o é porque as relações sócio-históricas estão no centro da sociedade contemporânea. Nesse sentido, Reis e Andrade (2018), o pensamento pós-colonial articula-se a partir da demonstração de diferenças antagônicas entre colonizadores e descolonizadores e denuncia essas diferenças como manifestações de opressão e dominação. Rosevics (2017, p. 187), no seu relato, afirma:

O projeto pós-colonial é aquele que, ao identificar a relação antagônica entre colonizador e colonizado, busca denunciar as diferentes formas de dominação e opressão dos povos. Como uma escola de pensamento, o pós-colonialismo não tem uma matriz teórica única, sendo associado aos trabalhos de teóricos como Franz (sic) Fanon, Albert Memmi, Aimé Césaire, Edward Said, Stuart Hall e ao Grupo de Estudos Subalternos, criado na década de 1970 pelo indiano Ranajit Guha (Rosevics, 2017, p. 187).

Dada a magnitude dos processos coloniais que se desenrolam atualmente através da colonização do poder, os traços indelévels do domínio colonial não deixaram nem deixarão os territórios colonizados. Segundo Reis e Andrade (2018), esse fato obrigou os investigadores a desenvolverem quadros teóricos inovadores, como salientou Rosevics (2017), não se trata de uma matriz teórica única, mas sim de um emaranhado de perspectivas e vozes que se têm debruçado de forma consistente sobre os problemas de interferência política, cultural e econômica causados pelo neocolonialismo na África e noutros continentes do globo onde este é inegavelmente onipresente.

No meio dessas várias vozes, opuseram-se veementemente às hegemonias políticas, econômicas e epistemológicas europeias que reivindicavam a soberania sobre as terras do Sul. Nesse sentido, a emergência do pós-colonialismo é evidente no processo de independência dos países africanos, que têm agora a responsabilidade de encontrar ou criar uma identidade africana para si próprios. Reis e Andrade (2018, p. 4) destacam o seguinte:

A preocupação dos estudos pós-coloniais esteve centrada nas décadas de 1970 e 1980 em entender como o mundo colonizado é construído discursivamente a partir do olhar do colonizador, e como o colonizado se constrói tendo por base o discurso do colonizador (Reis; Andrade, 2018, p. 4).

Nota-se que, apesar da ligação intrínseca entre o pensamento pós-colonial e a luta pela independência dos países africanos, o neocolonialismo não foi integrado apenas no continente africano. Na América Latina, o processo de colonização estabeleceu a hegemonia econômica europeia e forçou a resistência dos anticolonialistas a desenvolver estratégias para resistir à dominação dos países europeus.

Assim, segundo mencionado por Reis e Andrade (2018), transpondo o pensamento pós-colonial, o decolonial propõe uma ruptura com o pensamento que tem estado enraizado no corpo e na mente durante gerações, tal como o pensamento

enraizado nas culturas greco-romana e eurocêntrica, e incorpora o “pensamento indígena (indiano) e da diáspora forçada (negro)” como uma epistemologia legítima para a cultura colonizada. Trata-se, portanto, de dar voz a narrativas derivadas das experiências históricas locais vividas pelos povos colonizados.

Reis e Andrade (2018) sublinham que o giro decolonial ainda está em construção e que os seus objetivos (produção de conhecimento, metodologia e suporte teórico ou cultural) são determinados pela América Latina e dos que aqui se inserem. Para além de tentar superar a modernidade europeia, o movimento decolonial procura compreender o mundo através da sua interioridade, do seu espaço geográfico, e ao mesmo tempo denuncia o colonialismo como forma de realidade.

De acordo com o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), o pós-colonialismo não conseguiu romper os seus laços com a Europa ao dar mais espaço ao desconstrucionismo e ao pós-estruturalismo, que se incluem nos contributos teóricos de Foucault, Derrida e Lacan, do que aos seus próprios intelectuais (Oliveira, 2016). Na década de 1990, surge o Grupo de Estudos Svartan Latino-Americano (depois M/C), formado por intelectuais de diversas disciplinas das ciências humanas.

É importante notar que o seu manifesto sublinha que o contexto do fim das ditaduras, do colapso do comunismo, da abertura democrática, do desenvolvimento do neoliberalismo e do *boom* da comunicação de massas, os quais foram cruciais para novas formas de pensar a política e a sua própria cultura.

Apesar de considerarem que a democratização é um processo essencial, parecem reconhecer os perigos da ditadura da maioria. Segundo Oliveira (2016), no estudo realizado por eles, demonstraram o pluralismo latente nas sociedades dominadas por elites que acreditam que a normalização vem do Norte, além disso, para instaurar o multinacionalismo nos países da América Latina, era necessário conceder aos cidadãos o direito à diversidade.

No entanto, o conceito de colonialismo surgiu após os movimentos de independência estabelecidos na região, que teoricamente levaram à formação de Estados soberanos nos séculos XVIII e XIX, política e territorialmente independentes dos Estados do Norte. Para Oliveira (2016), no entanto, não é chocante o fato de esses movimentos de independência não terem sido tão artificiais como pareciam. Ainda hoje, esses países recém-embrionários continuarão a ser dominados principalmente por europeus e norte-americanos.

De forma velada, a modernidade e a civilização mantêm esta imposição a partir das “alturas geográficas”, em razão disso, a ideia da colonialidade do poder, da existência e do saber está tão enraizada na nossa cultura que nos assustamos quando alguém a denúncia publicamente, pensando inicialmente que se trata de extremistas. Nesse sentido, Oliveira (2016) destaca que os intelectuais defendem também que a colonialidade é o reverso da modernidade, o aspecto colonial dos séculos XX e XXI.

Desse modo, um exame dos anais da nossa história mostrará que os conceitos positivistas foram desmantelados, mas isso não significa que as ferramentas das sociedades europeias modernas tenham sido minadas. Os estudos sobre a história dos povos indígenas omitem a evolução desses grupos, tal como os historiadores modernos têm uma visão do passado dessas comunidades tradicionais, também eles, vivendo no presente, têm uma visão do seu próprio passado e património (Oliveira, 2016).

De acordo com Bello (2015), o decolonial transcende as diferenças geográficas, desse modo, a mudança de perspectivas epistemológicas, a compreensão de si próprio e o respeito pela alteridade das diferentes culturas fazem parte deste processo. Além disso, é também um processo de mudança de posições políticas e de exercício de novas formas de cidadania que podem contribuir para o Estado multinacional, também se observou que esses posicionamentos convergem em três domínios: os dos sujeitos e movimentos subalternos, os dos ativistas e intelectuais localizados em espaços mistos e os das universidades (Bello, 2015).

A produção de conhecimento decolonial requer uma compreensão da produção de conhecimento que se originou na Europa e nos EUA e se espalhou pelo mundo, assim, através do pensamento crítico, essa homogeneidade pode ser desafiada e novas teorias exclusivas da América Latina podem ser propostas. De acordo com Oliveira (2016), o objetivo não é excluir, mas apresentar uma nova perspectiva sobre os processos históricos que incorporam as diferentes culturas aqui presentes, e isso não é feito a partir da perspectiva de um vencedor ou de uma vítima derrotista, por exemplo.

Ao contrário, enfatiza a riqueza das relações interculturais que sempre existiram no território latino-americano, o que se segue depende daquilo a que Mignolo (2008) chama de “pensamento de fronteira”, em que domínios de conhecimento complementares e antagônicos se juntam para conceitualizar a

universalidade contemporânea através do pluralismo. Desse modo, isso significa descolonizar os domínios do conhecimento, da existência e do poder.

Por meio do que foi visto, é possível afirmar que o conceito de decolonial é uma crítica à forma como as lógicas coloniais continuam a ser incorporadas na estruturação do conhecimento, do poder e da existência, mesmo após a independência formal do país colonizado. Segundo destacado por Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018), reflete em uma construção global que promove uma cultura, epistemologia e visão do mundo eurocêntricas como universais, relegando outras formas de saber e de ser para uma posição inferior.

Consequentemente, os projetos decoloniais procuram desestabilizar essas hierarquias e promover a valorização e o reconhecimento de conhecimentos e experiências historicamente marginalizados, particularmente os da diáspora afro e das comunidades indígenas. Segundo autores dessa área, a colonialidade é uma condição estrutural da modernidade, que se manifesta em vários domínios, incluindo a academia, a política econômica, as relações sociais e as práticas culturais (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018).

Desse modo, Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) mencionam que a decolonização é, pois, um processo de reconfiguração desses domínios, promovendo o pluralismo epistemológico e reconhecendo a dignidade dos povos historicamente colonizados e o seu contributo para a sociedade.

3.2 A RELAÇÃO ENTRE DECOLONIALIDADE E FEMINISMO NEGRO NO BRASIL

O movimento feminista decolonial é uma crítica e uma alternativa à teoria feminista tradicional, que prioriza a opressão enfrentada pelas mulheres brancas no Ocidente e ignora as particularidades raciais, de classe e coloniais. A proposta de Lugones (2014) enfatiza a natureza colonial do gênero, ou seja, a forma como a opressão de gênero foi e continua a ser moldada por lógicas coloniais e capitalistas que hierarquizam o gênero, bem como a raça, a sexualidade e outros marcadores de identidade.

Segundo a autora, a colonização impôs um sistema hierárquico e binário de gênero que não existia na cosmologia e na organização social dos povos indígenas e africanos, assim, como resultado da colonização, foram impostas categorias de “homens” e “mulheres”, legitimando a desumanização e a exploração dos colonizados.

O feminismo decolonial critica, assim, o capitalismo e as estruturas de poder contemporâneas, ao mesmo tempo que se esforça por dismantelar esta imposição colonial.

Consequentemente, o feminismo decolonial surgiu em resposta à necessidade de reconhecer e valorizar a resistência local e as cosmologias alternativas das comunidades colonizadas. Esse feminismo não só salienta o fracasso do feminismo tradicional em lidar com as realidades das mulheres racializadas e colonizadas, como também propõe uma abordagem transformadora.

Desse modo, de acordo com Lugones (2014), descolonizar o gênero significa avaliar criticamente as intersecções da opressão racial, de classe e de gênero, envolvendo no processo as vozes e as experiências de pessoas historicamente marginalizadas.

Ademais, Lugones (2014) também faz uma breve explicação sobre o conceito de colonialidade do gênero, segundo a autora, considera-se que a colonização provocou mudanças significativas não só na dominação territorial e econômica, mas também nas categorias e papéis de gênero dos povos colonizados. Para além de amplificar a opressão que já existia na Europa, adotou uma lógica de estratificação e desumanização dos povos colonizados, classificando-os como “inferiores” com base em características raciais, de gênero e sexuais.

Através da colonização, o sistema europeu moderno introduziu uma distinção entre “humano” e “não-humano”, em comparação com o modelo europeu, os povos colonizados foram classificados como “inferiores” ou “não-humanos”. Para além dessa dicotomia, os indígenas e os negros foram também desumanizados e explorados como “menos humanos”, devido a essa reclassificação, não eram considerados dentro das categorias normativas de “homens” e “mulheres” europeus, ou seja, como o “único” povo totalmente “civilizado”.

Na perspectiva de Lugones (2014), o colonialismo europeu impôs um sistema binário de gênero (masculino e feminino) a sociedades sem divisões tão rígidas, desse modo, em várias culturas indígenas e africanas, essas relações eram mais fluidas, com papéis que não seguiam necessariamente a lógica da oposição “masculino” e “feminino”. No entanto, o sistema colonial deu origem a uma visão do gênero baseada na heterossexualidade normativa, no patriarcado e nas dicotomias, como parte do projeto “civilizador”, esse sistema legitimava a exploração e a violência dos colonizados e pretendia “corrigi-las”.

Segundo Lugones (2014), o sistema colonial não só introduziu o conceito de gênero, como também buscou racionalizar. Consequentemente, o gênero passou a ser definido e tratado de forma diferente consoante a raça do indivíduo. Por exemplo:

[...] Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. [...] A missão civilizatória [...] justificava enormes crueldades [...] as mulheres colonizadas eram figuradas em relação a Satanás, às vezes como possuídas por Satanás. [...] O que tem sido entendido como 'feminização' de 'homens' colonizados parece mais um gesto de humilhação, atribuindo a eles passividade sexual sob ameaça de estupro. [...] Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas-por-não-mulheres (Lugones, 2014, p. 937-939).

Consequentemente, as pessoas racializadas eram consideradas pelos colonizadores como não tendo gênero, ou seja, como não sendo totalmente humanas, com papéis definidos em função desse aspecto. Com isso, o gênero e a raça tornaram-se assim instrumentos interligados para manter a subordinação e a desumanização dos povos colonizados. Ademais, a compreensão da colonialidade do gênero é essencial para a construção de um feminismo decolonial, pois permite-nos identificar formas específicas de opressão vividas por mulheres e homens racializados.

Nesse contexto, a resistência refere-se ao reconhecimento e à valorização de cosmologias, organizações sociais e conhecimentos que foram oprimidos pelo colonialismo, mas que continuam a ser dominantes nas culturas indígenas e africanas. Nesses movimentos de resistência, a ênfase não é apenas na negação das categorias de gênero, mas também na restauração de formas de ser e de se relacionar que foram desvalorizadas ou destruídas pelo colonialismo.

O movimento feminista negro no Brasil é moldado por uma crítica à hierarquia de poder herdada do colonialismo, que continuou a marginalizar e subordinar os negros e os indígenas. Para além das questões de gênero, as mulheres negras defendem a sua vida e dignidade face à violência do Estado e à marginalização socioeconômica. Assim, Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) destacam que uma manifestação desse fato é a Marcha das Mulheres Negras, que mobilizou mulheres de diferentes estratos sociais e regiões do país para denunciar o fracasso do projeto civilizacional, que não dava ênfase à exclusão e à exploração da comunidade negra.

Além disso, a luta das feministas negras brasileiras caracteriza-se por uma afirmação da identidade coletiva que honra a ancestralidade africana e desafia as interpretações desumanizadoras e hipersexualizadas impostas às mulheres negras. Lelia Gonzalez, uma das pioneiras desse movimento, descreveu esta visão como um resgate do conhecimento ancestral e um desafio ao colonialismo (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018).

Segundo Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018), uma iniciativa que materializou essa resistência foi a Marcha das Mulheres Negras, que reafirmou esteticamente a identidade e a cultura negras, ao mesmo tempo que denunciou a violência contra os corpos negros e exigiu uma revisão das estruturas de poder. Essencialmente, o decolonialismo é articulado como um movimento dentro do feminismo negro brasileiro que exige uma transformação fundamental das estruturas sociais, políticas e econômicas com o objetivo de se libertar do legado colonial da opressão baseada na raça e no gênero.

O conceito de decolonialidade no feminismo negro brasileiro vai além da mera inclusão nas estruturas existentes, como o aumento da representação e das oportunidades econômicas no sistema atual. Segundo Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018), requer um repensar abrangente das estruturas que continuam a oprimir e a excluir as mulheres negras na sociedade atual, essa reforma estrutural visa combater os legados coloniais que criaram sistemas hierárquicos de raça, classe e gênero.

Nesse movimento, reconhecemos o fato de as instituições sociais e políticas do Brasil terem sido historicamente construídas para perpetuar a exclusão e a exploração da população negra e indígena. Essa situação é combatida pelo feminismo negro, que defende novas estruturas de poder que promovam a igualdade, assim, as feministas negras no Brasil acreditam que qualquer proposta de justiça social deve ter como objetivo minar as bases sociais que têm explorado os corpos negros desde os tempos coloniais (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018).

Do mesmo modo, a decolonização do conhecimento no feminismo negro opõe-se à imposição da epistemologia eurocêntrica como a única forma legítima de conhecimento. Nessa concepção, Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) mencionam que as narrativas e os conhecimentos africanos e indígenas têm sido desvalorizados, enquanto os conhecimentos brancos e europeus têm sido considerados superiores, as instituições de ensino brasileiras, o sistema judicial e

outras estruturas sociais continuam a ser dominadas pelo conhecimento eurocêntrico, marginalizando os conhecimentos e as práticas culturais africanas e indígenas.

De acordo com Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) e segundo feministas negras como Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Carolina de Jesus, Conceição Evaristo e Sueli Carneiro, é fundamental preservar os saberes e as cosmologias africanas e afro-diaspóricas, o que significa valorizar a história e a cultura negras como uma forma válida e rica de conhecimento.

Nesse sentido, ao acolher a diversidade de perspectivas epistemológicas oferecidas pelo pensamento negro e indígena, essa valorização facilita a reeducação da sociedade brasileira em relação ao pensamento eurocêntrico. Assim, é uma luta para que o conhecimento produzido pelas experiências das mulheres negras seja considerado tão relevante quanto o produzido pelas instituições acadêmicas formais (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018).

O feminismo negro decolonial no Brasil também se baseia na defesa da vida e da dignidade dos negros, particularmente à luz do que tem sido chamado de genocídio do povo negro. Entre os principais problemas enfrentados pelo movimento feminista negro estão a violência policial, o encarceramento em massa e a alta taxa de homicídios da juventude negra. Desse modo, Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) consideram que o combate à violência racial exige mais do que políticas de segurança pública, é necessária uma reorganização que reconheça e elimine as raízes do racismo sistêmico que destrói e desumaniza as pessoas negras.

Essa luta inclui uma crítica à erotização e à hipersexualização dos corpos das mulheres negras, além disso, essa distorção da realidade remonta ao período colonial e ainda é evidente em áreas como o mercado de trabalho, o meio acadêmico e a mídia. Para o feminismo negro, essa crítica não é apenas teórica, mas exige políticas públicas que protejam as mulheres da violência e da discriminação no dia a dia (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018).

Sendo assim, Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) explicam que além de defender políticas que garantam a dignidade e a integridade física e psicológica das mulheres negras, o movimento tem questionado a objetificação a que as mulheres negras têm sido historicamente submetidas.

Como parte da sua abordagem decolonial, o feminismo negro sublinha a importância da representação, esse conceito explica a resistência enquanto reinvenção de formas de ser e de existir que escapam à dominação e à normalidade

do colonialismo. Como resultado, as mulheres negras brasileiras procuram formas de autonomia e independência dentro de um sistema que limita os seus direitos. Além disso, Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) explicam que as práticas de representação podem ser vistas em redes de apoio entre mulheres negras e em coletivos e movimentos que promovem a educação, o empreendedorismo e a capacitação econômica fora das estruturas tradicionais.

Para as mulheres negras, a sobrevivência e a resistência são atos políticos porque para criar alternativas à lógica opressiva do colonialismo, lhe é exigido que ocupem espaços anteriormente negados e que reforcem as redes comunitárias que desafiam as estruturas de poder. Para além de reforçarem a identidade e a autoestima das mulheres negras, as práticas de reapresentação também podem ajudar a confirmar a sua importância e valor numa sociedade que historicamente tentou apagá-las ou submetê-las a estereótipos.

A marcha das Mulheres Negras Brasileiras, que reuniu milhares de mulheres para protestar contra o racismo, a violência e o sexismo, é um exemplo marcante do feminismo negro decolonial. De acordo com Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018), além de ser um importante marco de visibilidade, o evento também demonstrou o poder e a autonomia das mulheres negras na esfera pública, com isso, manifestações coletivas como essa marcha são um importante meio de conscientização da população e de reivindicação de políticas de defesa dos direitos e da segurança das mulheres negras no Brasil.

Além disso, esses movimentos reconhecem a estreita relação entre a opressão racial e de gênero e a desigualdade econômica e procuram aproximar o feminismo negro de uma agenda antirracista e anticapitalista. Um exemplo de como o feminismo negro interseccional no Brasil atua é a marcha das Mulheres Negras, que tem lutado por uma mudança de base ampla que abrange diferentes áreas de exclusão e discriminação (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018).

No Brasil, o feminismo negro decolonial é uma luta pela igualdade de gênero e pela inclusão social, mas também por uma justiça social inclusiva que tenha em conta as experiências e realidades das mulheres negras. Ademais, como parte desse movimento, propõe-se uma transformação fundamental das estruturas de poder, com o objetivo de combater o legado colonial que continua a dominar a sociedade brasileira e propor um programa para uma sociedade que respeite a dignidade, a autonomia e a vida das mulheres negras.

Por isso, o movimento decolonial feminista negro no Brasil representa um movimento de libertação que questiona as raízes mais profundas do racismo e do patriarcado e que exige uma revolução na forma de pensar, agir e organizar a sociedade. Nesse sentido, Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) destacam que uma sociedade mais justa requer uma luta pela construção de uma sociedade onde a diferença seja respeitada e a diversidade de conhecimentos e experiências seja valorizada como um direito humano fundamental.

4 ELIANA ALVES CRUZ E A OBRA “SOLITÁRIA”

4.1 BIOGRAFIA E RELEVÂNCIA PARA A LITERATURA CONTEMPORÂNEA

Em suma, a obra de Conceição Evaristo me permitiu compreender o papel da palavra escrita na resistência e luta das mulheres negras. Enquanto uma das autoras negras mais influentes para o feminismo negro brasileiro, Evaristo usa a escrita para trazer luz à experiência das mulheres negras, frequentemente invisibilizadas pela sociedade. Dessa forma, a produção da escritora se alinha diretamente à noção de resistência na medida em que transforma memória, história e afeto em atos políticos de resistência à supremacia racial e ao sexismo.

“O que faz com que certas mulheres, nascidas e criadas num ambiente analfabeto, na melhor das hipóteses semi-alfabetizado, se afastem da leitura passiva e procurem o exercício da escrita crítica?” (Evaristo, 2007, p. 20), indagação sugerida pela própria Conceição Evaristo, para levar-nos a pensar sobre a necessidade de compreender o movimento presente na escrita negra, que pode ser mais importante do que situar a produção literária.

Eliana Alves Cruz é uma jornalista, escritora e roteirista carioca, sua escrita, cunhada por Evaristo (2007), revela, de alguma forma, uma realidade social marcada pelo racismo, desigualdade e sexismo, e reflete a materialização da subjetividade feminina negra. Assim, a autora de *Ponciá Vicêncio*, responde da seguinte forma:

[...] se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação (Evaristo, 2007, p. 20-21)

Familiarizada com os livros e a literatura por influência do pai, Eliana Alves Cruz teve como formação leitora autores como Machado de Assis, Lima Barreto, Jericho Verissimo, Jorge Amado, Gabriel García Márquez e Ney López, além de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves e Elisa Lucinda, entre outros escritores. Nesse sentido, Cereza (2023) explica que é particularmente importante integrar Eliana Alves Cruz no universo de escritoras negras brasileiras a que pertence.

É importante ressaltar que a estreia literária da autora foi por meio da obra *Água de Barrela* (2016), foi publicada por meio do Prêmio Oliveira Silveira, política pública instituída em 2015 e promovida pela Fundação Palmares com o objetivo de dar visibilidade à história e à cultura afro-brasileira, o prêmio visa à publicação de obras literárias inéditas (Oliveira, 2023).

Segundo Oliveira (2023), o romance teve como objetivo apresentar um projeto literário que desafia as estruturas hegemônicas dominantes da literatura brasileira, apagando a democracia racial do imaginário social brasileiro e destacando que as tecnologias contemporâneas de opressão e segregação são acompanhadas pelo estigma da escravidão, do Arquivo Nacional de 2018 e da *Brown University*, que apresentou um projeto literário que desafiava as estruturas hegemônicas que têm dominado a literatura brasileira, afastando o imaginário social brasileiro da democracia racial e denunciando as sofisticadas técnicas de opressão e segregação contemporâneas que refletem o estigma da escravatura.

O Crime do Cais do Valongo, da Editora Malê, em 2018, e *Não digo nada de você que não vejo em você*, da Editora Pallas (2020) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2021, premiado pela União Brasileira de Escritores (UBE-RJ) em 2022. *Solitária* (Companhia das Letras, 2022) e *A vestir* (Editora Malê, 2022), que ganhou o Prêmio Jabuti de Contos, em 2022. Além de seu trabalho na literatura infantil, publicou dois livros, *A copa frondosa da árvore* (2019) e *O desenho do mundo* (2022).

Partindo da premissa de Morrison (1981 *apud* Oliveira, 2023): “Se queres um livro e ele ainda não existe, deves escrevê-lo”. Eliana Alves Cruz começou a escrever porque observou que na literatura nacional, especialmente na literatura escolhida como canônica, não havia histórias sobre a sua essência pessoal e familiar, e sobre a história e a memória coletiva do povo negro-brasileiro.

Por outro lado, os estereótipos têm sido construídos e mantidos na historiografia da literatura brasileira desde o período colonial até a atualidade, além disso, a cultura literária, histórica e cultural dos escritores negros africanos da diáspora tem sido invisibilizada e marginalizada (Oliveira, 2023). Segundo a entrevista dada à revista *Continente*, o seu projeto literário está politicamente comprometido com a reconstrução da memória coletiva dos negros brasileiros através de representações que tornem visível a sua contribuição para a formação sociocultural do país:

Nós temos uma memória coletiva muito baseada na literatura e ela, às vezes, faz um desserviço porque cristaliza percepções, estereótipos, narrativas. Cristaliza as pessoas em determinados lugares. A língua, o idioma, é algo onde se assenta a cultura. É um lugar muito importante para se estar. Não há como a gente abrir mão desse espaço, porque se a gente quer figurar na história com um mínimo de dignidade, precisamos nos apossar desse território, do idioma. Da produção do idioma (Cruz, 2022).

Nessa perspectiva, Eliana Alves Cruz buscou recuperar a imagem dos afrodescendentes brasileiros, humanizando-os, criando uma contranarrativa àquelas apresentadas no romance histórico clássico, que, como enfatizam Oliveira (2023), foi forjado como instrumento de consolidando o nacionalismo, mas também serviu a interesses supremacistas e eugenistas.

Em contrapartida, a ficção de Cruz convida o leitor a revisitar o passado, questionando o registro oficial da história, e a analisar criticamente o presente, reconhecendo o quão profundamente arraigada está a forma social escrava na sociedade brasileira contemporânea (Oliveira, 2023).

Os negros foram desumanizados, transformados em mercadorias e submetidos à dominação e opressão durante a escravidão e, além disso, o apagamento da memória dos negros brasileiros na historiografia dificultou a criação de uma árvore genealógica como negros. No entanto, assim como afirma Oliveira (2023), Eliana Alves Cruz conseguiu reconstruir mais de três séculos de história familiar, desde o rapto do seu primeiro antepassado de África até o presente, utilizando fragmentos da memória de Tia Nunu (tia-avó da autora), fontes orais e escritas.

Como resultado, a autora passou seis anos pesquisando cuidadosamente e juntando os resultados com linhas de fantasia crítica para contar uma história ficcional que abrangia 170 anos de história e nos transportava para o Brasil colonial do século XIX. Assim, Hartman (2020), professora americana de literatura comparada na Universidade de Columbia e estudiosa da história cultural e dos estudos da afro-diáspora, foi quem desenvolveu este estilo de escrita ficcional, que tinha o intuito de abordar a falta de representação dos negros na história oficial, uma vez que:

[...] a perda de histórias aguça a fome por elas. Então é tentador preencher as lacunas e oferecer fechamento onde não há nenhum. Criar um espaço para o luto onde ele é proibido. Fabricar uma testemunha para uma morte não muito notada (Hartman, 2020, p. 25).

Assim, Cruz desafia e apaga a representação incongruente da história do seu povo no cânone da literatura nacional, preenchendo os espaços em branco da história

oficial e dando subjetividade a uma vida reduzida a números. Martins (2021), em *A Performance do Tempo Espiral: A Poética do Corpo e do Ecrã*, argumenta que o pensamento ocidental estabeleceu uma falsa dicotomia entre o escrito e o falado, estabelecendo o escrito como local privilegiado da memória, resultando numa epistemologia de um povo colonizado para o qual o oral, o físico e o litúrgico eram os principais meios de expressão sem pôr em causa a legitimação do discurso do colonizador.

Além disso, Eliana Alves Cruz pôde aceder às histórias dos seus antepassados, vestígios de possíveis vidas, comportamentos, conhecimentos e estratégias de sobrevivência, fruto dos seus anos de investigação que compuseram o repertório de escrita das suas publicações posteriores: o *crime do Cais do Valongo* (2018) e *Nada Saye de ti que em ti não veja* (2020). Ambos os romances históricos se passam no Rio de Janeiro nos séculos 19 e 17, respectivamente, e são contextualizados com o medo da escravidão e da resistência escrava e (re)existência, com Eliana Alves Cruz atribuindo o protagonista e a voz da história.

Ademais, ainda na perspectiva de Oliveira (2023), o novo romance histórico pode ser concluído a partir da trajetória literária de Cruz, pois questiona e desestabiliza os discursos historiográficos hegemônicos e cria narrativas que visibilizam e valorizam os povos subalternizados ao longo da história do país através da ficção histórica.

Uma das características da ficção histórica dessa autora é o fato de os títulos e os capítulos serem etiquetados de forma tão precisa que o seu significado é facilmente compreendido e a linearidade é cortada. Para além disso, Oliveira (2023) destaca que suas obras se distinguem pelo multiprotagonismo, pela presença de personagens e narradores inanimados e pelo seu valor estético excepcional.

No que diz respeito à narrativa, a cosmologia dos povos africanos é enfatizada, a par de uma discussão sobre as questões que afetam a sociedade brasileira atual, o que tem o efeito de aproximar o tempo, como diz a própria autora sobre sua obra: “Escrevo romance contemporâneo em trajes de época” (Cruz, 2020).

Assim, pode concluir-se que a obra literária de Eliana Alves Cruz é informada pela sua experiência enquanto mulher negra que vive numa sociedade caracterizada pela subordinação e exclusão. No entanto, a sua própria escrita é diferente da escrita coletiva, uma vez que diz respeito à forma como os negros vivem num país que não reconhece a sua própria história. Ademais, o conceito de escrita está em consonância

com o de Conceição Evaristo, escritora brasileira e doutorada em literatura comparada pela Universidade Federal Fluminense, que conceituou a *escrevivência*:

[...] em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casagrande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: "a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos" (Evaristo, 2020, p. 30).

Em suma, a escrita de Eliana Alves Cruz rompe com o silêncio imposto pelo colonialismo e denuncia a segregação racial contemporânea, uma nova forma de violência instituída pelo Estado e institucionalizada pelo mito da democracia racial. Ademais, a literatura escrita por autores negros, enquanto tecnologia social e cultural, trabalha para quebrar as imagens estereotipadas associadas aos negros cristalizadas no senso comum e, além disso, trabalha contra o apagamento das contribuições históricas, culturais e sociais desses povos para a construção da nação.

4.2 A PERSPECTIVA DA NARRATIVA E DE RESISTÊNCIA PRESENTE NO ROMANCE

Nessa seção é analisado como Eliane Alves Cruz utiliza a narrativa para explorar temas de resistência, identidade racial e a força das relações entre mulheres no lar. Em *Solitária*, a autora constrói uma narrativa em que é enfatizada as figuras historicamente marginalizadas, particularmente mulheres negras e trabalhadoras domésticas, essa abordagem revela camadas de resiliência face a circunstâncias opressivas.

Segundo Cruz (2020), os "espaços negros" são ambientes que não apenas condicionam as relações sociais, mas também influenciam as identidades de personagens negras no Brasil, um país marcado pelo colonialismo e pela escravidão. Como resultado dessas representações, reafirma-se a importância das memórias e

experiências compartilhadas e as trajetórias das mulheres negras são posicionadas como elementos centrais de resistência cultural e social.

Além disso, os “pequenos espaços” da casa da patroa - os pequenos quartos e corredores - tornam-se simbolicamente significativos, enfatizando a forma como as mulheres desenvolvem laços de solidariedade em condições de confinamento. Segundo Barbosa (2024), ao retratar as suas personagens em micro espaços, Eliana Alves Cruz ilustra as complexas redes de apoio e resistência que surgem entre elas, revelando o poder das pequenas alianças na vida cotidiana. Assim, a perspectiva narrativa de *Solitária* não só expõe as desigualdades estruturais que afetam negativamente as mulheres negras, como também destaca a sua resiliência e força.

Recentemente, tomamos consciência de que aquilo que está presente em nossas casas há milhares de anos - a arquitetura - fala. As imagens transmitem informações importantes sobre como os brasileiros, veem o mundo e o seu lugar nele. A história surge até mesmo de um dos elementos que está se perdendo na maioria dos apartamentos modernos: o “quarto de empregada”.

Partindo do contexto arquitetônico, Eliana Alves Cruz utiliza o romance *Solitária* para explorar o significado da desigualdade social. Segundo Martins (2023), à medida que a história avança, são apresentados três protagonistas, são eles: Eunice, a empregada, a sua filha Mabel e um pequeno quarto no último andar de um edifício luxuoso.

Como o título sugere, e como menciona Martins (2023), o romance centra-se em indivíduos que são considerados invisíveis pelas famílias ricas e que são empregados como favores para indivíduos que não têm outras oportunidades de emprego. Desse modo, “*Solitária*” refere-se às pessoas que estão por detrás da história: a governanta, a ama adolescente, o zelador conformado, a empregada e os seus filhos que veem esse cenário de uma perspectiva diferente.

Um tema de destaque em trabalhos recentes, assim como no da autora Eliana Alves Cruz, tem sido o legado da escravidão que fica evidente na contratação de trabalhadoras domésticas. Aparece, por exemplo, em *Que Horas Ela Volta?*, filme de Anna Muylaert, e em *Suíte Tóquio*, de Giovana Madalosso. Em comparação com seus antecessores, o *Solitária* difere na ênfase nas questões raciais (Martins, 2023). Tal como no filme de Muylaert, o leitor se encontra perante uma relação entre mãe e filha, as quais rebelam-se de forma relativamente sutil contra situações que não são naturais, apesar de quase todos à sua volta parecerem fazê-lo.

Nesse sentido, Mabel é obrigada a mostrar à mãe que a sua condição é precária, apesar de ser bem paga na casa de Madame Lúcia.

Eu e mamãe continuávamos ali, na gaiola dourada do edifício Golden Plate. Éramos pássaros dentro de um viveiro luxuoso, mas uma jaula não deixa de ser vilã da liberdade só porque é pintada de dourado? (Martins, 2023, p. 69). Essa foi uma das perguntas feita por Mabel a sua mãe Eunice. No início, Eunice não percebe que o seu trabalho é mais do que um simples trabalho doméstico, como parte do sistema, ela garantia que a filha da patroa, Camilinha, permanecesse uma criança, enquanto a sua própria filha é forçada a tornar-se madura e adulta antes do tempo.

Eunice e Mabel são mostradas a lutar para se libertarem do poder opressivo da patroa, o patrão é o herdeiro de uma riqueza intergeracional, que não tem qualquer semelhança com a realidade da empregada e da sua filha. A fiadora, Eunice, cumpre de forma adequada sua função, como se acreditasse que aquela era uma conformação social natural e que por seu lugar de nascimento, estava fadada àquela situação (Andrade, 2024).

Nesse mundo de segregação e discriminação, a filha Mabel era limitada aos poucos espaços escondidos reservados aos empregados, tornou-se desde cedo rebelde e descontente e inscreveu-se na faculdade de medicina para garantir um futuro melhor do que aquele que lhe estava destinado enquanto filha de uma empregada. Ao longo do romance, mãe e filha rompem a relação de servidão com a patroa, contudo, a família contrata uma nova empregada que, tal como Eunice alguns anos antes, teve que levar o filho com ela para o trabalho (Andrade, 2024).

Segundo Andrade (2024), a ficção dialoga de forma clara com a realidade do Brasil quando traz a história do menino Gilberto, que tinha sido negligenciado por sua mãe, uma jovem rica, Camila, e por isso caiu da janela do seu apartamento e morreu devido aos ferimentos. Nesse sentido, quando Gilberto cai da janela e se fere, a ficção fica ainda mais ligada à realidade brasileira atual, visto que nesse ponto do romance, é fácil para os leitores brasileiros verem uma ligação entre a progressão do enredo e o caso do menino Miguel, o qual ocorreu em junho de 2020, no Recife, que sofreu um destino semelhante ao do menino.

Ademais, o romance é composto por relatos alternados dos mesmos acontecimentos a partir de diferentes perspectivas, visto que na primeira parte, Mabel relata as memórias da sua infância - ou melhor, como veremos mais tarde, a perda da sua infância - e a exploração do trabalho da sua mãe e do seu próprio trabalho pela

família rica de Dona Lúcia e Seu Tiago. De acordo com Andrade (2024), a memória de Mabel é permeada pelo olhar crítico do sujeito à medida que o sujeito toma consciência do *habitus*, que é a forma como o sujeito compreende o meio social e as suas regras implícitas. Assim, o olhar do indivíduo, moldado pelo capital cultural herdado, é uma estrutura que leva à formação de duas culturas distintas: a cultura dominante e a cultura subjugada.

Nesse sentido, Mabel está a desafiar o poder simbólico, que de acordo com Andrade (2024), é o poder de concretizar um dado pela enunciação, de suscitar os interesses e as crenças das pessoas, de confirmar ou transformar a sua visão do mundo e, por conseguinte, de atuar sobre o mundo. Ademais, também define o poder simbólico como um sistema gnosiológico, ou seja, uma força de construção da realidade que tende a estabelecer um significado direto para o mundo.

Esse sentido imediato do mundo, porém, não é aceito por Mabel no universo ficcional como a ordem natural das coisas; o desconforto e a sensação de injustiça que isso causa, que veremos a seguir em vários trechos de sua narração, incitam a jovem a enfrentar suas supostas impossibilidades (Andrade, 2024).

Dando continuidade, a segunda metade do romance é narrada por Eunice, e a sua interpretação da realidade é também coerente com a afirmação de que o poder simbólico é invisível e exercido pela “complexidade das pessoas que não querem saber que são seus objetos ou mesmo que o exercem”. Segundo Cereza (2023), o fato de Eunice se ter dedicado à família de Lúcia durante muitos anos até ao início do processo de separação - e, portanto, de libertação - mostra que ela aceita tudo o que aconteceu e que o laço é invisível.

Ao mencionar os primeiros anos de casamento, Eunice recorda o seguinte: “Sérgio tinha uma coisa de querer conhecer coisas novas. Sonhava com viagens para lugares a que nunca teríamos condições de ir. Eu sonhava junto com ele, mas, assim como os meus estudos, os planos foram ficando no passado” (Cruz, 2022, p. 75). Assim, essa figura toma consciência das dificuldades que surgem entre os membros do seu grupo social e da realização dos seus sonhos.

Além disso, sua mãe, Donna Codinha, também criticava o fato de Eunice ser empregada doméstica, apesar de pertencer à geração anterior: “D. Codinha disse que sabia que era um serviço honesto, digno, mas mesmo assim se entristecia, porque olhava para mim e lembrava das histórias que a avó dela contava sobre servir em casas-grandes. Eu achava tudo um exagero enorme” (Cruz, 2022, p. 72).

No entanto, a percepção de Mabel sobre a exploração mudou e tornou-se bastante precisa quando passou nos exames de admissão à faculdade de medicina e disse com veemência à família tudo o que pensava deles. Ato que segundo Andrade (2024), é o suficiente para que mãe e filha deixem o seu luxuoso apartamento e regressem a uma casa modesta nos subúrbios.

A libertação de Eunice termina quando, após o acidente com Gilberto, seu ex-patrão a obriga a proteger sua filha Camila e afirma que foi ela quem cuidou de Camila. No seu depoimento à polícia, Eunice diz a verdade em vez de concordar com uma mentira, pondo fim ao processo de libertação da servidão que tinha caracterizado a sua relação com a família rica ao longo dos anos (Andrade, 2024).

Há uma passagem no romance intitulada “Solitárias”, que se refere ao confinamento e ao isolamento associados à vida das empregadas domésticas que vivem num pequeno quarto na casa de suas patroas, “onde estivessem ao alcance do comando de voz, do olhar, ao alcance das mãos. [...] A tempo e hora, vinte e quatro horas por dia” (Cruz, 2022, p. 14).

De acordo com Andrade (2024), isso porque a vida de Eunice e Mabel é contada nas vozes do “quarto de empregada”, do “quarto do porteiro”, de onde viviam Jurandir e seus filhos, e do “quarto de doente”, onde Mabel conheceu Irene, outrora babá e agora enfermeira. Trata-se, portanto, de uma história sobre a vida das pessoas a partir de uma perspectiva externa, como se a parede as observasse e relatasse com uma visão crítica onisciente.

O último espaço do romance a que é dada voz é a “sala de convívio” do gabinete da Dra. Mabel, já licenciada, e que representa uma quebra (há muito esperada) na cadeia de pobreza e alienação que existe entre gerações desde o colonialismo. Segundo Andrade (2024), é um espaço que simboliza o início da reconfiguração do *habitus* através da conquista, da liberdade e do conflito entre os grupos sociais que o constituem, impondo a sua lógica às pessoas que a ele pertencem. Vale salientar ainda que a referência ao quarto de despejo feita por Carolina Maria de Jesus, figura importante da literatura afro-brasileira, é sugestiva.

Nesse viés, no texto introdutório do romance, Cruz destaca que “Solitária dá provas de quão incontornável se tornou reelaborar [...] não apenas a história, mas as sobrevidas da escravidão colonial. [...] É uma obra que testemunha uma mudança crucial de sensibilidade no espírito de nosso tempo. Um romance de libertação”. (Cruz, 2022, p. 5), e por se tratar de um romance de libertação, não há lugar para um

personagem secundário, pois todas as histórias dessa narrativa ecoam o grito de desobediência contra as estruturas estabelecidas (Vital; Magalhães, 2024).

Nesse caso, Vital e Magalhães (2024), destacam que são as pessoas supostamente secundárias e em grande parte silenciosas que gerem o discurso de libertação das protagonistas Mabel e Eunice, co-antagonizando nas suas narrativas um movimento que revela o quão poderoso é o estilo de vida dos pobres na construção desse discurso de libertação. Em outras palavras, o projeto narrativo contemporâneo já não é compatível com o conceito de personagens secundárias, visto que esse conceito já foi desmontado pelos seus romancistas. Ademais, as narrativas contemporâneas criam, de fato, uma coparticipação do protagonista entre as personagens centrais e as que as rodeiam (tradicionalmente classificadas como personagens secundárias).

Nesse sentido, a obra *Solitária*, surge de uma investigação sobre as experiências e relações de poder de mulheres negras que trabalham como empregadas domésticas no Brasil contemporâneo. Segundo Vital e Magalhães (2024), ao desafiar e redefinir as fronteiras tradicionais entre os papéis de liderança e subordinação, a autora revela o poder da voz subalterna na construção narrativa e cria um sujeito infinitamente solitário ao explorar as nuances das situações de solidão dessas mulheres.

No entanto, o romance *Solitária* é único na medida em que desafia as convenções literárias, diluindo o significado das personagens secundárias e criando protagonistas que participam ativamente na vida dos que as rodeiam. Assim, como consideram Vital e Magalhães (2024), nos atos de resistência e rebelião de Eunice e Mabel, as personagens secundárias, normalmente marginalizadas e silenciadas, tornam-se a força motriz.

5 SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS EM “SOLITÁRIA”

5.1 SILENCIAMENTO HISTÓRICO DAS MULHERES NEGRAS NA OBRA

A obra *Solitária* (2022), de Eliana Alves Cruz, evidencia de forma pungente o silêncio e a opressão histórica da mulher negra no Brasil, ao analisar o romance, o contexto decolonial é explorado. Assim, as protagonistas, Eunice e Mabel, mimetizam a vida de muitas mulheres negras que são marginalizadas e silenciadas pelas estruturas sociais coloniais.

Com isso, o objetivo dessa seção é obter uma compreensão mais profunda das dinâmicas opressivas presentes em *Solitária*, que expõe os silêncios impostos às mulheres negras, utilizando conceitos como colonialidade, racismo estrutural e pensamento decolonial.

Nesse sentido, o colonialismo é um conceito chave para compreender as cicatrizes da colonização que persistem mesmo após seu fim, sendo assim, Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) descreve o colonialismo como um conceito “desumanizador” baseado em hierarquias raciais e epistemológicas que podem existir mesmo quando não existe uma colônia formal. Assim, Cruz (2022) descreve as vidas de protagonistas solitários num mundo onde a brancura mantém o poder e as mulheres negras ocupam espaços marginais como o “quarto reversível”.

Como mencionado no capítulo sobre a protagonista Mabel, as características do espaço para os empregados negros são sempre inferiores às dos patrões, reforçando a “divisão racial do espaço” (Gonzalez, 1984). Desse modo, existe uma ligação entre o racismo estrutural e os termos “quartinho”, “banheirinho” e “apartamentinho” utilizados no romance para designar os locais onde as empregadas vivem e trabalham, indicando a existência de racismo estrutural mesmo em habitações de classe alta.

O silêncio é usado como uma ferramenta para controlar os corpos e as vozes das mulheres negras: em *Solitária*, Eunice é retratada como uma empregada doméstica e é-lhe dito que se cale para cumprir os critérios de uma “boa empregada”, refletindo o apagamento da sua identidade e agência. Nesse sentido, Vergès (2019) salienta que as mulheres negras são desvalorizadas e invisíveis no trabalho doméstico, esse silenciamento também se reflete nas relações de poder em que Eunice é forçada a permanecer em silêncio sobre os seus crimes por medo de que a

sua voz influencie negativamente os seus superiores brancos privilegiados. Como resultado desse silêncio histórico, as mulheres negras foram condicionadas a ocupar um espaço socialmente “inexistente”, uma extensão invisível das casas dos seus patrões.

A exploração contínua do trabalho das mulheres negras é realçada pelas experiências de Eunice e Mabel, um problema a que Gonzalez (2020 *apud* Machado, 2021) se refere como a “divisão racial do trabalho”. Como resultado dessa divisão, as mulheres negras são submetidas a papéis subordinados e precários, a história mostra como Eunice é obrigada a viver com a sua filha no trabalho, impedindo-a de tomar conta da sua própria vida, sem conseguir proporcionar a sua filha a atenção necessária mesmo levando ela para o apartamento no qual trabalha.

De acordo com De Abreu (2024), essa experiência tem as suas raízes na época da escravidão, em que as mulheres negras eram exploradas sem reconhecimento social. Assim, ao analisar a precariedade do trabalho doméstico nas relações de poder contemporâneas, Gonzalez (2020 *apud* Machado, 2021) afirma que esta marginalização conduz a ganhos econômicos que empurram os negros para as margens.

A obra retrata os constrangimentos do sistema, mas também os momentos de resistência, visto que o fato de Mabel ter conseguido ser admitida em um curso de medicina representa uma ruptura com o ciclo de silêncio e subordinação, contudo, embora esse aumento seja significativo, o racismo estrutural continua a impor algumas barreiras (De Abreu, 2024).

De acordo com Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018), o colonialismo não pode ser abolido simplesmente pela conquista do *status* social, pois a lógica da desumanização persiste, o que é perceptível quando Mabel testemunhou o racismo durante a sua carreira como médica, quando presenciou pacientes recusando cuidados de enfermeiras negras, revelando que o colonialismo é um problema sistêmico e contínuo.

Quando é analisada a voz das mulheres negras na obra ocorre a denúncia ao silenciamento, Cruz (2022) transforma o quarto reversível num símbolo de confinamento e resistência. Sendo assim, ao narrar os crimes de que foi testemunha, que foi a morte do menino que caiu do apartamento em razão da negligência da mãe, Eunice quebra a cadeia de silêncio imposta pela modernidade e pelo colonialismo. Segundo Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018), o pensamento

decolonial é uma luta contra a lógica colonial, e Eunice encarna essa resistência ao recusar-se a obedecer aos seus ditames, com isso, o ato de denúncia é também de emancipação, que reflete a sua consciência das suas próprias circunstâncias e o seu desejo de romper com os laços de subordinação histórica.

Em *Solitária*, Eliana Alves Cruz denuncia o silêncio e a opressão histórica das mulheres negras ao longo da história, ao examinar o colonialismo e o racismo estrutural através da lente do decolonialismo, a obra retrata a luta contínua das mulheres negras brasileiras por voz, reconhecimento e liberdade.

Segundo De Abreu (2024), as experiências de Eunice e Mabel revelam os efeitos duradouros do colonialismo no Brasil contemporâneo, e ambas encarnam a opressão e a resiliência. Contudo, embora complexo e repleto de dificuldades, o processo de quebrar o silêncio e procurar justiça pode ser entendido como uma jornada de resistência e afirmação moldada pela descolonização e pela transformação social.

A obra posiciona-se, assim, como um manifesto literário que sublinha a urgência de desafiar as estruturas opressivas que aprisionam as mulheres negras. No livro, Cruz (2022) apela aos leitores para que reconsiderem as dinâmicas de poder e a necessidade de uma sociedade mais justa e igualitária, em que as vozes e as experiências das mulheres negras sejam valorizadas e respeitadas.

5.2 TEORIA DECOLONIAL E FEMINISTAS NEGRAS NA PRÁTICA

Na obra em questão, Cruz (2022) traz uma narrativa poderosa sobre a vida de duas mulheres negras, Eunice e Mabel, que são marginalizadas e silenciadas pela sociedade brasileira. Ao longo da narrativa, as estruturas de poder colonial são reveladas, afetando as experiências das personagens num ambiente que ecoa a opressão histórica das mulheres negras no Brasil. Através dessa análise, será trazida uma breve articulação dos temas do romance através da lente da teoria decolonial e da teoria feminista negra.

Inicialmente é possível notar, dentro do feminismo negro, a luta contra a opressão e o silenciamento, usando uma das autoras e estudiosas essenciais para essa abordagem, Gonzalez (1984) estaca em um dos seus estudos que as mulheres negras passam por uma opressão dupla, em que é notório o racismo e o sexismo, assim, na obra de Cruz (2022), Eunice e Mabel são exemplos dessa luta, visto que

vivem sob a subserviência e a exploração consideradas comum para muitas empregadas domésticas no Brasil.

No entanto, a resistência começa a ser notável quando Mabel pede para que sua mãe denuncie o crime que testemunhou, que pode ser considerado com reflexo pela busca de romper com as cadeias do silenciamento que as prendiam e as silenciavam a tanto tempo.

Ao analisar o que é posto por Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018), em relação a teoria da colonialidade e a decolonialidade, é notável as dinâmicas de opressão e desumanização as quais o povo negro é sujeito, apesar do fim formal do colonialismo. Como um microcosmo dessas relações de poder, o “quarto reversível” de Eunice e Mabel serve de símbolo não só da sua alienação física mas também da sua invisibilidade social.

O forte interesse da Dona Lúcia em colocar Eunice e Mabel numa posição subalterna, fazendo-as perder a sua autonomia, demonstra a lógica colonial que continua a influenciar a sociedade contemporânea. O poder de Dona Lúcia é, portanto, um eco das hierarquias raciais e de classe que persistem desde a época colonial, mostrando como essas estruturas continuam a dominar as personagens negras.

Ademais, através do conceito de interseccionalidade, Loureiro (2023) fornece uma lente valiosa para compreender as personagens de Cruz (2022), desse modo, como Loureiro (2023) argumenta, várias formas de opressão contribuem para a formação das identidades das mulheres negras. Com isso, Mabel e Eunice, em *Solitária*, sentem as consequências desse emaranhado na sua vida cotidiana, em que a combinação da raça e do estatuto socioeconômico determina as suas oportunidades e o seu destino.

A decisão de Eunice de denunciar os crimes que presenciou é um importante ato de resistência, a expressão desse momento simboliza a luta contra o silêncio, que é um tema central da obra. Ao desafiar as normas que obrigam Eunice a calar-se, a autora coloca-se numa posição de empoderamento, dessa forma, estão em sintonia com a proposta de Lugones (2014) para um feminismo decolonial que inclui a luta contra a opressão colonial e patriarcal.

Enquanto Eunice e Mabel lutam para que as suas vozes sejam ouvidas num sistema que as marginaliza, refletem as lutas históricas das mulheres negras, ao longo da obra de Cruz (2022), essas questões são trazidas para primeiro plano, contribuindo não só para o debate sobre a marginalização das mulheres negras, mas também

proporcionando um espaço de reflexão sobre a necessidade de desmontar as hierarquias de poder que ainda existem na nossa sociedade.

Nessa perspectiva, a obra de Cruz (2022) explora as intersecções de raça, classe e gênero, explorando as dinâmicas de opressão que persistem na sociedade contemporânea, ao mesmo tempo que realça a resiliência e a força das mulheres negras. Através dessas ligações, se obtém uma compreensão mais profunda da obra e iniciamos um diálogo sobre a relevância da teoria da geografia decolonial e do feminismo negro na sociedade e na literatura.

5.3 O PAPEL DO FEMINISMO NEGRO E DA DECOLONIALIDADE NO CENÁRIO ATUAL

Em *Solitária* (Cruz, 2022), a história é contada pela personagem Mabel, que é dividida pela autora em três partes, quando criança, ela e sua mãe Eunice viviam no espaço invisível de uma casa de família burguesa branca, o quarto de empregada, o que lhe dá perspectiva e reflexão desde a infância. Na obra de Cruz (2022), o tom socialmente crítico e denunciatório é evidente desde o primeiro diálogo das protagonistas, em que elas questionam a mãe após presenciarem um crime no luxuoso apartamento onde Mabel trabalhou como empregada doméstica por tanto tempo.

— O que faço com essa gente toda? A senhora precisa denunciar, precisa falar ... A senhora não é escrava ... — Ela me encarou com fúria. Na distância em que estávamos senti seu olhar como um tapa na cara. (Cruz, 2022, p. 8)

De acordo com uma passagem destacada na fala de Mabel, o trabalho doméstico hoje está diretamente relacionado às relações de poder que outrora existiram entre colonizadores e colonizados/escravos. O que pode ser resultado do poder de opressão exercido por burgueses brancos, como Dona Licia e Seu Tiago, contra empregados negros e pobres, pois a filha de Eunice teme que a opressão de sua mãe sobre os incidentes criminosos ocorridos na casa de sua antiga patroa possa expor o que ela presenciou em relação aos incidentes criminosos sugere que ela está ciente dessa questão social (De Abreu, 2024).

Assim, quando Mabel diz à mãe: “Você não é escrava...” (Cruz, 2022, p.08), é possível entender que ela reconhece os efeitos duradouros do colonialismo e da

opressão. Como resultado, parece que as relações de poder e a marginalização dos negros persistem de formas muito mais veladas e ocultas, apesar da abolição formal da escravatura.

Como observa Gonzalez (2020), as mulheres negras são atualmente “empregadas domésticas” nas casas burguesas, um papel tradicionalmente desempenhado pelas “criadas”. Nesse sentido, a insistência de Mabel para que a mãe “fale francamente” e “denuncie” pode, por isso, ser interpretada como um apelo a que se quebre, em certa medida, o ciclo de sufocação e subjugação, de modo a seguir um caminho de resistência e empoderamento.

Nesse viés, Mabel reflete sobre a dicotomia que os espaços da mãe e da filha representavam em relação aos demais cômodos do luxuoso apartamento: “Reparei mais uma vez que, para quem não era patrão, tudo era “inho”: quartinho, apartamentinho, banheirinho...” (Cruz, 2022, p.30). Além disso, a jovem protagonista revela que havia uma geladeira para os empregados e outra para os patrões: “Sim, havia uma geladeira para eles e outra para nós” (Cruz, 2022, p. 20).

Gonzalez (1984) identifica esses fatos como parte da “divisão racial do espaço”, divisão essa que persiste no contexto social atual, em que, mesmo em apartamentos de luxo, os empregados negros são condicionados a viver em espaços pequenos, muito diferentes dos espaços amplos e confortáveis dos brancos.

Essa dicotomia demonstra como as relações de poder e de estatuto estão intrinsecamente ligadas à distribuição do espaço, refletindo a dinâmica de opressão e segregação que historicamente marginalizou certos grupos étnicos. Como resultado, De Abreu (2024) destaca que a narrativa de Mabel sugere que o racismo estrutural persiste mesmo em contextos aparentemente contemporâneos e sofisticados, como o apartamento de luxo fictício “Golden Plate”, onde alguns espaços são naturalmente reservados a certos indivíduos e outros a diferentes tipos de “inhos”.

Segundo De Abreu (2024), a obra também condena a naturalização do trabalho infantil racista e a agressão aos negros ao longo da história, visto que Mabel recorda a sua infância e conta um incidente ocorrido numa festa no apartamento de Dona Lúcia, para a qual a sua irmã, Dona Helena, tinha sido convidada. Entre os convidados, encontrava-se o filho mais novo de uma das convidadas e a sua ama Irene, de 13 anos, nesse dia, Irene teve de usar o banheiro no quarto da empregada. Enquanto ela estava no banheiro, o menino que estava ao seu cuidado caiu na piscina

e quase se afogou. A Sra. Helena ficou furiosa com o incidente e atacou a jovem empregada:

As únicas coisas de que me lembro nitidamente são a imagem de d. Helena diante da mocinha de branco e o tapa ruidoso que deu no rosto dela antes de bater em retirada com os paramédicos e a festa inteira. Aquilo foi mais alto que o grito agudo da menina (Cruz, 2022, p.18).

Nesse enredo, a idade de Irene, que mais tarde é descrita como negra, ilustra as dificuldades que as crianças racistas enfrentam quando são obrigadas a começar a trabalhar numa idade precoce devido a circunstâncias e dificuldades familiares. Em contrapartida, aqueles que são brancos e pertencem à elite são cuidados e servidos até a idade adulta, em comparação com os que não o são.

Além disso, como é mostrado por De Abreu (2024), o fato de Irene trabalhar para a irmã de Dona Lucia simboliza, portanto, a exploração do trabalho infantil racista por parte das elites brancas e burguesas, da mesma forma que as crianças escravizadas na época colonial eram sugadas para o trabalho pela mansão desde o momento do seu nascimento.

Quando Mabel recorda as suas experiências e reflete sobre o fato de ter sido forçada a estar no “quarto reversível” (Cruz, 2022) desde tenra idade e, por conseguinte, não ter vivido a infância de forma adequada, nesse contexto, é reafirmada a crítica social da precocidade imposta às crianças negras pobres. Segundo a jovem protagonista, a mãe estava mais preocupada em satisfazer as exigências da Sra. Lucia do que em cuidar do seu filho, por isso: “ela acreditava que eu sabia administrar melhor que Dona Lucia” (Cruz, 2022, p.13).

Fica evidente pelas reflexões da personagem que ela está ciente do fato de que os indivíduos burgueses brancos na modernidade/colonialidade continuam a ter o privilégio de serem plenamente atendidos por empregados domésticos cuja força de trabalho é explorada, dando-lhes assim o luxo de serem, em palavras da personagem, “crianças eternas” (Cruz, 2022, p. 13).

Com isso, continuam sendo atribuídos às pessoas pobres e racializadas papéis de subserviência e responsabilidades antecipadas, tendo em vista que Mabel também descreve ter que cuidar da filha da D. Lucia e do senhor Tiago, chamada de Camila. Nesse sentido, a protagonista relata que todos observaram que ela já era grande e que talvez pudesse ajudar a cuidar da filha, já que Eunice estava envolvida nas tarefas

domésticas da residência descrita como “gigante”. Sendo assim, surge o seguinte questionamento: “Para que gastar com mais empregadas se tinham uma que valia por duas e vinha com uma ajudante grátis?” (Cruz, 2022, p.39). Assim, a perspectiva de Mabel sobre a sua própria situação e a da mãe, de silêncio, marginalização e exploração, é decisiva.

Ao longo da narrativa, o conceito de “divisão racial do trabalho”, proposto por Gonzalez (2020), é representado criticamente pela construção de personagens negras que vivem no edifício “Golden Plate”. Pois como ressalta De Abreu (2024), todas essas personagens ou trabalham para os moradores burgueses do prédio ou estavam em situação semelhante à de Mabel, morando com os pais no trabalho e ajudando-os financeiramente.

Ao longo da segunda parte, narrada por Eunice, a personagem relata criticamente suas experiências e percepções como alguém cuja força de trabalho foi explorada. Eunice lembra que sua mãe, D. Codinha, ficou triste ao saber que a filha iria trabalhar como empregada doméstica, pois ela “lembrava das histórias que a avó dela contava sobre servir em casas – grandes” (Cruz, 2022, p. 72).

De acordo com De Abreu (2024), Codinha compreendeu a partir da experiência dos seus antepassados que o trabalho doméstico tinha existido ao longo da história como resultado da exploração e subjugação dos negros. Sua resistência ao trabalho doméstico para sua filha Eunice pode ser interpretada como uma consciência decolonial que reconhece a necessidade de quebrar o ciclo de opressão.

À medida que Eunice começa a revelar o aspecto crítico de sua personagem, ela relata o silenciamento que sofreu durante seu tempo de trabalho para Lucia e Thiago: “Além dos espaços apertados que ocupávamos, o silêncio era um companheiro. Era preciso estar presente sem estar. Uma boa serviçal é silenciosa, e a criança que é a filha dessa mulher também deve ser” (Cruz, 2022, p. 89).

De acordo com Vergès (2019), a introspecção da protagonista sustenta o seu argumento de que o trabalho de servidão, muitas vezes realizado por mulheres negras, permanece invisível porque elas são apagadas do ecrã social pela justificação da violência e do desprezo pelo seu trabalho. Assim, a representação da imposição do silêncio como uma qualidade desejável de um “bom serviçal” mostra como as pessoas negras, especialmente as mulheres, são obrigadas a ocupar o espaço sem terem as suas vozes ouvidas, perpetuando a opressão através do controlo das suas expressões e narrativas.

Além do exposto, a obra termina com uma reflexão crítica sobre o que resta do sistema de opressão e marginalização dos negros na terceira parte, em que há uma alegoria que traz uma narrativa em primeira pessoa do ambiente em que vivem Eunice e Mabel.

Assim, a relação entre o ambiente exíguo do quarto de empregada e a opressão vivida pelas protagonistas pode ser observada na narração do quarto de empregada: “Acontece que existem prisões e prisões, mas existe uma que não tem nenhuma grade e nenhuma parede” (Cruz, 2022, p. 130). Assim, o “quartinho” em que vivem as protagonistas é mais do que um espaço físico restrito; é também uma metáfora da alienação e do apagamento sistemático das suas identidades.

Ao sublinhar a necessidade de Eunice e Mabel viverem no quarto em silêncio, sem que a sua presença chame a atenção, a autora revela a invisibilidade e a negação das suas vozes como um sinal de opressão. Sendo assim, De Abreu (2024) pontua que o “quarto da empregada” funciona como uma prisão física e social para as protagonistas da história.

A terceira parte traça o percurso de resistência e oposição aos efeitos da colonialidade e revela as nuances do apagamento social vivido pelas protagonistas negras. De acordo com a narração no quarto do hospital, Mabel superou dificuldades para se formar em medicina e vencer a opressão e o silêncio contra os negros. No entanto, como destaca De Abreu (2024), há indícios de que a protagonista presenciou situações de racismo, inclusive no ambiente de trabalho, por parte de um doente que se recusou a ser atendido por ela e por uma enfermeira negra.

Ademais, a experiência de Mabel como médica que se depara com o racismo dos doentes contra as enfermeiras pode, portanto, ser entendida como ilustrando o fato de a educação e a promoção social não serem garantias automáticas para erradicar atitudes discriminatórias. Assim, apoiando-se ao argumento de Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018), confirma-se que o colonialismo ainda faz parte da sociedade contemporânea e constitui uma “lógica global de desumanização” (p. 40), e que a opressão não se limita a barreiras económicas, mas também se manifesta em questões raciais.

Como resultado, o último espaço em que Eunice e Mabel partilham uma experiência chama-se “quarto de descanso”, em que Eunice fecha finalmente a porta da solitária, a deixa para sempre e abre a porta do consultório da Dra. Mabel. Do “quarto da empregada” para a “quarto do descanso”, vemos que mãe e filha já não

vivem no apertado quarto da mulher, mas estão também livres da influência opressiva e alienante de d. Lúcia e Thiago.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da perspectiva do feminismo negro e do decolonialismo, por meio de uma análise crítica da obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, o estudo buscou compreender como o conto evidencia o silêncio e a resistência da mulher negra na sociedade brasileira contemporânea. Desse modo, foram evidenciadas as condições históricas e sociais que permeiam o trabalho doméstico e a marginalização das mulheres negras, destacando como essas mulheres são submetidas a opressões estruturais, incluindo a exploração de sua força de trabalho, a invisibilidade de suas vozes e a restrição de seu espaço físico e social.

Além disso, a investigação foi conduzida de três formas principais: analisando as representações do silêncio das personagens femininas negras e relacionando-as com o conceito de feminismo negro; analisando as estratégias de resistência na narrativa; e examinando as reflexões de escritores decoloniais para melhor compreender o desafio da obra ao colonialismo. Desse modo, a investigação mostrou que a obra *Solitária* não só retrata experiências de subordinação, como também reconhece a agência e a resiliência das protagonistas no confronto com as influências coloniais e patriarcais.

Como demonstrado em *Solitária*, a literatura pode desempenhar um papel crucial no resgate de memórias históricas apagadas e na reconstrução de narrativas que reconheçam as contribuições das populações afrodescendentes. Sendo assim, a escrita de Eliana Alves Cruz oferece protagonismo às mulheres negras, desafiando as narrativas hegemônicas que as relegam ao silêncio e à marginalização. Essa escrita é uma forma de resistência à colonialidade do conhecimento, que há séculos reduz o valor do conhecimento produzido por mulheres negras e outros grupos subalternos.

Além disso, Cruz cria uma contranarrativa que denuncia a exclusão e a exploração e celebra a força e a agência das mulheres negras, ao situar suas personagens em cenários que refletem hierarquias coloniais. *Solitária* cumpre, assim, o papel da literatura decolonial, na qual corpos, espaços e vozes marginalizados são reposicionados como pontos de análise e transformação.

Uma característica central da obra de arte é o "quartinho da empregada", que serve como uma metáfora para as restrições impostas às mulheres negras em espaços físicos e simbólicos. Essa representação destaca a natureza colonial do

espaço, onde locais destinados ao descanso são, na verdade, lugares de confinamento e desumanização. No entanto, a obra também ressalta como essas mulheres transformam esses espaços em ambientes de resistência, desafiando as relações de poder estabelecidas no processo.

Em última análise, a denúncia de Eunice sobre o abuso é simbólica de sua libertação das estruturas coloniais e patriarcais que moldaram sua vida, assim, ao empoderar mulheres negras e resistir à opressão, esse momento significativo aponta para a possibilidade de transformação social. Como resultado desse ato de denúncia, não apenas são trazidas à tona as contradições e abusos cometidos pelas elites brancas, mas também se fortalece a capacidade das mulheres negras de reescrever suas próprias narrativas.

Além disso, a obra estimula reflexões sobre o futuro do feminismo decolonial, incentivando o desenvolvimento de teorias e práticas que reconheçam a centralidade das experiências de mulheres negras na desconstrução de hierarquias sociais. De acordo com a narrativa, mudanças nas relações de poder dependem do esforço coletivo para valorizar a diversidade de vozes e perspectivas dentro da sociedade brasileira.

É, portanto, claro que a obra de Cruz funciona como um manifesto contra a estrutura colonial, demonstrando o poder de resistência das personagens femininas, especialmente Eunice, que simboliza um ato de libertação ao denunciar os abusos que testemunhou. Como resultado, foi possível demonstrar como essa narrativa revela as nuances da opressão e da resistência através de uma lente decolonial e feminista negra, proporcionando uma compreensão mais profunda da situação histórica e social das mulheres negras no Brasil.

Para além de expandir a investigação sobre o impacto do feminismo decolonial na literatura brasileira de modo a incluir as obras de outros autores que lidam com as intersecções de raça, gênero e classe, para investigações futuras é sugerido a necessidade de uma consideração mais profunda do impacto social do feminismo decolonial. Também é interessante examinar como as representações na literatura de espaços físicos restritos, como o “quarto de empregada”, podem simbolizar a resistência à opressão e contribuir para uma nova compreensão das relações de poder, fazendo uma comparação entre obras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Patricia de. Solitária, de Eliana Alves Cruz, e o espaço social em disputa. **Journal of Lusophone Studies**, v. 9, n. 1, p. 24-41, 2024. Disponível em: <https://jls.apsa.us/index.php/jls/article/view/580/514>. Acesso em: 05 nov. 2024.

BARBOSA, Roberta Tibúrcio. Os espaços da negritude: percurso da mulher negra em Solitária, de Eliana Alves Cruz. **Discursividades**, v. 14, n. 1, jan.-jun., 2024. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REDISC/article/view/2939/2362>. Acesso em: 6 nov. 2024.

BELLO, Enzo. O pesamento descolonial e o modelo de cidadania no novo consitucionalismo latinoamericano. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v.7, n.1, p.49-61, 2015. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/rechtd/article/view/rechtd.2015.71.05>. Acesso em: 05 nov. 2024.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CEREZA, Felipe Aquiles. **Revisitando o passado: narrativas afrocentradas de Eliana Alves Cruz para (re)pensar literatura e história**. 2023. 124f. Dissertação (Mestrado na área de Teoria da Literatura) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/10794/2/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20Felipe%20Aquiles%20Cereza%2003.05.23.docx.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2024.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 1. Ed. Sá da Costa Editora, 1978.

CRUZ, Eliana A. **Entrevista com Eliana Alves Cruz**. Entrevistador: Guilherme Augusto. Belo Horizonte, Estado de Minas, jun. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2020/06/29/interna_cultura,1160714/novo-romance-de-eliana-alves-cruz-expoe-o-apartheid-brasileiro.shtml. Acesso em: 05 nov. 2024.

CRUZ, Eliana Alves. **Solitária**. Campanha das Letras, 2022.

DE ABREU, Karolina. **Da senzala ao quarto reversível: uma análise decolonial do romance Solitária de Eliana Alves Cruz**. Ano XX, n. 10, NAMID/UFPB, p. 44-59, out. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/download/71601/40104/218762>. Acesso em: 05 nov. 2024.

DE ABREU, Karolina. **Da senzala ao quarto reversível: uma análise decolonial do romance Solitária de Eliana Alves Cruz**. Ano XX, n. 10, p. 44-59, out., 2024. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/71601/40104>. Acesso em: 6 nov. 2024.

DURÃO, Fabio Akcelrud. **Metodologia de pesquisa em literatura**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21. Disponível em: <https://revistazcultural.pacc.ufrj.br/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos-lugares-de-nascimento-de-minha-escrita/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

FRANCO JÚNIOR, Arnaldo. **Operadores de leitura da narrativa**. Teoria Literária, p. 33-48, 2003.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências Sociais Hoje**: Anpocs, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 05 nov. 2024

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARTMAN, S. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020. DOI: 10.29146/eco-pos.v23i3.27640. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 6 nov. 2024.

LOUREIRO, Ythalo Frota. Interseccionalidade e feminismo negro: as estratégias de domínio de poder frente à resistência conservadora. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 9, n. 1, p. 1-22, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/download/9502/pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, setembro-dezembro 2014.

MACHADO, Cauê Fraga. GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp. Mana, v. 27, n. 2, p. e272802, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/8dCkDDv4wgsRGP9YJv9dnsK/#ModalHowcite>. Acesso em: 05 nov. 2024.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Editora Cobogó, 2021. Disponível em: <https://www.cobogo.com.br/produto/performances-do-tempo-espiralar-poeticas-do->

corpo-tela-spiral-time-performances-canvas-body-poetics-681. Acesso em: 05 nov. 2024.

MARTINS, Maura. **‘Solitária’, de Eliana Alves Cruz, é uma discussão inspirada sobre a solidão do trabalho doméstico**. Scotilha: Cultura, Diálogo e Informação, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://escotilha.com.br/literatura/livro-solitaria-eliana-alves-cruz-companhia-das-letras-resenha-critica/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: literatura, língua e identidade, n.34, p.287-324, 2008. Disponível em: https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 05 nov. 2024.

OLIVEIRA, Camila Klen de. **Breve introdução ao giro decolonial: poder, saber e ser**. I Jornada de Iniciação Científica, 18 de nov. 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7573970/mod_resource/content/1/giro_decolonial.pdf. Acesso em: 05 nov. 2024.

OLIVEIRA, Sara Nidian da Silva. **“Nada digo de ti que em ti não veja”**: memória, representação e sociedade. IV Copene Nordeste – Congresso de Pesquisadores/as Negros/as, Ufal, Campus A.C Simões, Maceió, AL, 11 a 15 de nov. 2023. Disponível em: <https://www.copenenordeste2023.abpn.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSzZlPlJtZjQ6IjUxMTUiO3OiO3M6MT0iaCI7czozMjoiYTIhNWwOWI5ZTNjNTczMjMzODg4Y2NjZjQ2ZTE3N2QiO30%3D>. Acesso em: 05 nov. 2024.

REIS, M. N.; ANDRADE, M. F. F. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XVII, n. 202, mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070>. Acesso em: 05 nov. 2024.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber. ROSEVICS, Larissa (Orgs.). **Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Perse, 2017. Disponível em: <https://dialogosinternacionais.com.br/?p=1802>. Acesso em: 05 nov. 2024.

SANTOS, Vívian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, e200112, 2018. VERGÈS, Françoise. **Um Feminismo Decolonial**. Editora Ebu, 2019.

VITAL, E. G. L.; MAGALHÃES, A. C. M. A potência dos subalternos em Solitária, de Eliana Alves Cruz: a diluição do secundarismo no relato de Mabel. **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, v. 33, n. 3, p. 140–151, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/54239/44872. Acesso em: 05 nov. 2024.

VITAL, E. G. L.; MAGALHÃES, A. C. M. A potência dos subalternos em Solitária, de Eliana Alves Cruz: a diluição do secundarismo no relato de Mabel. **O Eixo e a Roda:**

Revista de Literatura Brasileira, v. 33, n. 3, p. 140–151, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/54239/44872. Acesso em: 6 nov. 2024.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL)**, v. 5, n. 1, p. 6-39, jan.-jul., 2019.